

vale do rio doce

Especial ★ Página 1 ★ FOLHA DE S.PAULO ★ São Paulo, domingo, 27 de abril de 1997

Conheça a estatal e as regras da maior privatização do país

Ameaçado por decisões da Justiça, o governo tenta vender na próxima terça-feira, no Rio, a Companhia Vale do Rio Doce, principal empresa do programa de privatizações. Avaliada em R\$ 10,36 bilhões, a estatal será disputada por dois grupos: o Consórcio Valecom, liderado pela Votorantim e pela Anglo American, e o Consórcio Brasil, comandado pela CSN. Fundada em 1942, a Vale é a maior produtora de minério de ferro do mundo e a maior exportadora do país

Entenda as regras do leilão e como foi definido o preço
Págs. 4, 6 e 7

Paulistanos estão divididos quanto à privatização
Pág. 9

43%
são contra
38%
a favor

Veja os principais argumentos contra e a favor da venda
Págs. 10 e 11

Leia artigos de Itamar Franco e Antonio Kandir
Págs. 10 e 11

Conheça as áreas de atuação da Vale

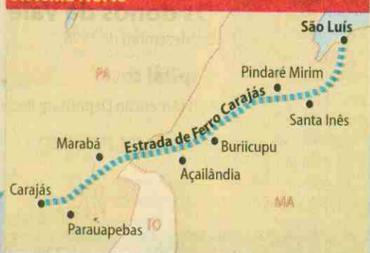


Empresas sediadas no exterior

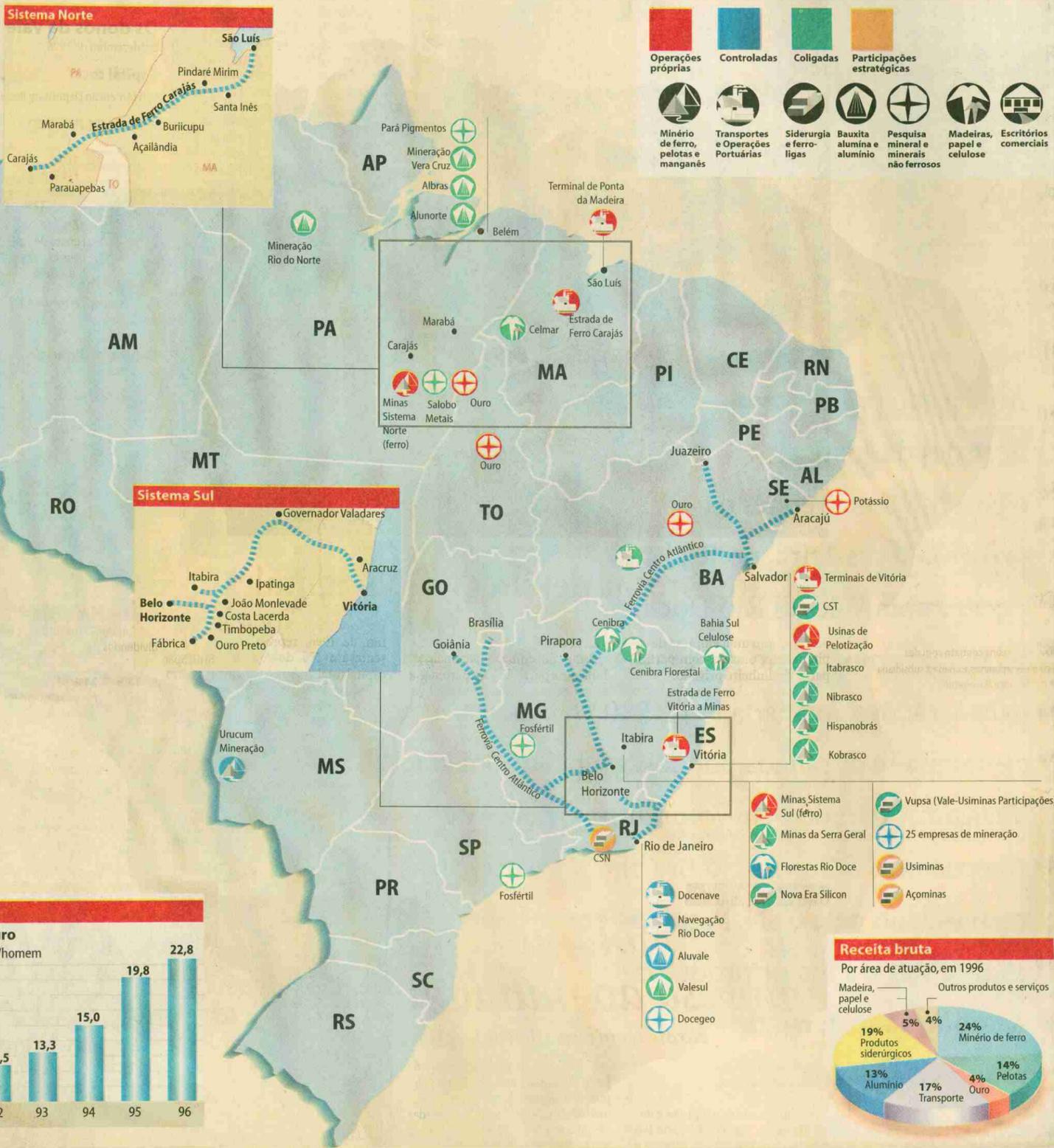
Participação acionária, em %

Transportes	
Navedoce	100,00
Docenave	100,00
Seamar	50,00
W. Wilhelmssen	50,00
Nippon Bulkcarriers	50,00
Docenave	50,00
Mitsui	25,00
Nissho Iwai	25,00
RDP Terminal	50,00
Rio Doce Ltd.	50,00
AFI Pasha	50,00
Siderurgia e Ferro-Ligas	
Seas	65,00
Itabira Rio Doce	35,00
Sollac	50,00
California Steel	50,00
Rio Doce Ltd.	50,00
Kawasaki	50,00
Siderar	4,85
Itabira Rio Doce	5,32
Usiminas	51,20
Grupo Techint	38,63
Pesquisa Mineral e Minerais Não Ferrosos	
PPSA Overseas	100,00
Pará Pigmentos	100,00
Escritórios no exterior	
Rio Doce International	99,95
Vale	0,05
Outros	0,05
Rio Doce Asia	100,00
Rio Doce International	100,00
Rio Doce Europa	99,80
Vale	0,20
Outros	0,20
Rio Doce Finance International	100,00
Vale	100,00
Itabira International	99,99
Outros	0,01
Itabira Rio Doce Company Ltd.	100,00
Itabira International	100,00
Rio Doce America	100,00
Itabira Rio Doce	100,00
Rio Doce Ltd.	100,00
Rio Doce America	100,00
Brazil Kaolin Company Ltd.	50,00
Cadlam Overseas	50,00
Itabira Rio Doce	50,00

Sistema Norte



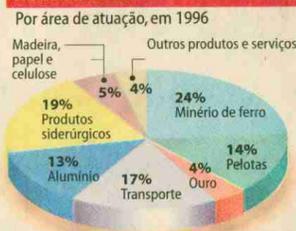
Sistema Sul



Produtividade



Receita bruta



Participações acionárias

Minério de ferro, pelotas e manganês	Nippon Steel 25,39 Grupo japonês 23,61	Docenave Vale 96,84 Público 3,16	CIU Outros 67,33	Billiton Multisetor 45,29 Vale 4,99	Potássio Vale 100,00	Madeira, celulose e papel
Minas Sistema Sul Vale 100,00	Kobrasco Vale 50 Pohang 50	Navegação Rio Doce Docenave 100,00	Açominas Docenave 5,00 CEA 19,98 Cia. Mineira 17,17 BCN 10,00 Outros 47,85	Alunorte Aluvalde 53,61 MRN 24,61 NAAC 12,22 CBA 5,72 Jaic 3,84	Docegeo Vale 100,00	Florestas Rio Doce Vale 99,76 Outros 0,24
Minas Sistema Norte Vale 100,00	Transportes	Siderurgia e Ferro-Ligas	CSN Docenave 9,85 Vicunha 13,85 Previ 13,81 Bradesco 10,91 CBS 10,08 Clube de Investimentos CSN 9,57 Outros 31,93	Mineração Rio do Norte Aluvalde 40,00 Billiton 14,80 Alcan 12,00 NAAC 12,22 CBA 10,00 Alcoa 8,58 Reynolds 5,00 Norsk Hydro 5,00 Abalco S.A. 4,62	25 empresas de mineração Vale 99,00 Docenave 0,98 Outros 0,02	Bahia Sul Celulose Vale 19,81 Florestas Rio Doce 8,10 Suzano 36,84 BNDESpar 24,03 Público 9,01 IFC 2,14 Finor 0,07
Usinas de pelotização Vale 100,00	Estrada de Ferro Vitória a Minas Vale 100	CST Vale 22,69 Acesita 28,02 Grupo Japonês 11,58 Outros 37,71	Alumínio	Min. Vera Cruz Aluvalde 36,00 Paraibuna 42,88 Fina Emp. Part. 21,12	Salobo Metais Vale 50,00 Min. Morro Velho 50,00	Celmar Vale 42,50 Ripasa 42,50 Nissho Iwai 15,00
Urucum Mineração Vale 100,00	Estrada de Ferro Carajás Vale 100	Nova Era Silicon Vale 49,00 Mitsubishi 25,5 Kawasaki 22,5 Mizushima 3,00	Aluvalde Vale 100,00	Pará Pigmentos Vale 36,00 Cadam 36,00 Mitsubishi 18,00 IFC 10,00	Min. Morro Velho Vale 50,00 Min. Morro Velho 50,00	Cenibra Vale 51,48 JBP 48,52
Minas da Serra Geral Vale 51,00 Kawasaki 24,5 Grupo Japonês 24,5	Terminais de Vitória Vale 100	Vupsa (Vale-Usiminas Participações) Vale 50,00 Usiminas 50,00	Albras Aluvalde 51,00 NAAC 49,00	Pesquisa mineral e minerais não ferrosos	Fosfertil Vale 10,96 Fertifós 51,47 Bovespa 18,23 Outros 19,34	Cenibra Florestal Cenibra 100,00
Hispanobrás Vale 50,89 CSI Planos 49,11	Terminal de Ponta da Madeira Vale 100	Usiminas Vale 7,74 Nippon Usiminas 9,54 Previ 8,09	Valesul Aluvalde 49,72	Ouro Vale 100,00		
Itabrasco Vale 50,90 Ilva 49,10	Ferrovia Centro Atlântica Mineração Tucumã (Vale) 11,24 Judori Ltda. 12,97 Railtex 12,97 CSN 12,82 Ralph Partners 17,81 Outros 32,19					
Nibrasco Vale 51,00						

Fonte: Relatório Anual da Vale - 1996

A história

Governo tenta privatizar Vale dia 29; liminar suspende leilão

Editoria de Arte/Folha Imagem

História

- 1911** Três ingleses fundam a Itabira Iron Ore e compram a Estrada de Ferro Vitória a Minas, que escoava a produção agrícola do Vale do Rio Doce
- 1919** O norte-americano Percival Farquhar compra a Itabira
- 1922** O mineiro Arthur Bernardes, defensor da nacionalização da Itabira, assume a Presidência da República
- 1926** Reforma constitucional proíbe a transferência a estrangeiros de minas e jazidas consideradas necessárias à segurança do país
- 1934** Em 10 de julho, o presidente Getúlio Vargas promulga o Código de Minas, que distingue a propriedade do solo da do subsolo e postula a nacionalização progressiva das minas
- 1939** Pressionado pelos nacionalistas, Vargas decreta sem valor os contratos de Farquhar com o governo
- 1941** É fundada a Companhia Siderúrgica Nacional, que marca a instalação da grande siderúrgica no Brasil
- 1942** 1º de junho - É fundada a Companhia Vale do Rio Doce, CRVD, empresa de capital misto. O Tesouro entra com 55% do capital inicial (100% das ações ordinárias)
- 1948** Vale obtém lucro pela primeira vez
- 1952** 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro são exportadas pela Vale, um recorde comemorado —hoje equivalente às exportações da empresa em uma semana
- 1961** O engenheiro Eliezer Batista assume a presidência da Vale
- 1962** Vale assina contrato com dez siderúrgicas japonesas. É criada a subsidiária Vale do Rio Doce Navegação
- 1964** Governo militar decide abrir a mineração ao capital externo
- 1966** 1º de abril - Vale inaugura o porto de Tubarão, em Vitória (ES). Totalmente mecanizado, deu à empresa condições de embarcar minério em grandes navios. É criada sua subsidiária internacional, a Itabira International & Co. Ltd.
- 1967** A companhia de mineração US Steel descobre jazidas de ferro em Carajás. Criada a Florestas Rio Doce S.A., empresa de reflorestamento que marca o início da diversificação das atividades da Vale
- 1969** Início do boom siderúrgico mundial. Japão passa a ser o maior cliente da Vale, seguido pela Alemanha
- 1970** Pressionada pelo governo, a US Steel aceita dividir a exploração de Carajás com a Vale, que detinha 51% da associação, a AMZA (Amazônia Mineração S.A.). A norte-americana, com 49%, teria, poder de vetar decisões
- 1972** Concluído o levantamento em Carajás, considerada a maior reserva de minério de ferro do mundo
- 1975** A Vale se transforma na maior exportadora de minério de ferro do mundo, com 47,3 milhões de toneladas
- 1977** -Vale compra parte da US Steel e torna-se única acionista da AMZA, que se incorpora ao seu patrimônio.
- 1978** Iniciada a construção da Estrada de Ferro Carajás
- 1979** Afastado em 1964, Eliezer Batista volta a presidir a Vale, onde fica até 1986. Nos anos 80, a Vale continuaria a diversificar suas áreas de atuação e ampliaria suas relações com a iniciativa privada
- 1982** Criada a Valesul, empresa que faz a Vale ingressar no setor de alumínio.
- 1985** Entra em operação a mina de Carajás
- 1986** Começa a operar o terminal da Ponta da Madeira, em São Luís (MA), por onde escoava a produção de Carajás
- 1987** Empresa tem prejuízo de US\$ 170 milhões
- 1988** A Vale volta a dar lucro, de US\$ 210,5 milhões
- 1994** Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente da República

Moacyr Lopes Jr./Folha Imagem



Escavadeira trabalha em silo de armazenagem de minério de ferro, em Itabira

Estrangeiros já detêm 17% do capital

A estatal Vale do Rio Doce já nasceu como uma empresa de capital misto, ou seja, com participação de dinheiro privado. Na sua criação, 55% das ações pertenciam ao Tesouro. Mas o Estado detinha então 100% das ações ordinárias, que dão direito pleno de voto. Até a privatização, o governo continua sendo o principal acionista, com 76% das ações ordinárias e 6% das preferenciais (não permitem o controle, mas dão

prioridade na distribuição dos dividendos). Fruto de embate nacionalista, hoje uma parte da Vale pertence a estrangeiros —17% do capital total da empresa e mais de 40% das ações preferenciais. Há dois anos, a Vale fez uso de um mecanismo para captação de recursos externos chamado ADR (American Depositary Receipts). Os ADRs são recibos de depósitos de ações em banco americano, que passam a ser negociados,

representando as ações. Ao fim de 1996, representavam 5% do capital total. Outros investidores estrangeiros preferiram ser sócios da Vale por meio de fundos, que têm 30% das ações preferenciais. Fundos de pensão brasileiros eram donos de 18% da Vale em 96.

Os donos da Vale

Em dezembro de 1996

Capital total

ADR (American Depositary Receipt)

BNDESpar, FPS, FND e INSS*



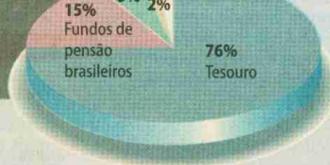
Capital ordinário

De controle

BNDESpar e FPS

Público

Fundos estrangeiros



Capital preferencial

Com prioridade na distribuição de dividendos

BNDESpar, INSS, FND

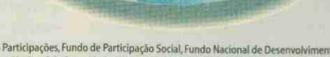
ADR

Fundos de pensão brasileiros

Tesouro

Público

Fundos estrangeiros



*BNDES Participações, Fundo de Participação Social, Fundo Nacional de Desenvolvimento e Instituto Nacional de Seguridade Social

Criada em 1942, empresa é a mais importante exportadora do país; venda é a mais ousada privatização do governo FHC

da Sucursal do Rio e da Redação

O governo Fernando Henrique Cardoso tenta realizar nesta semana o lance mais ousado do seu programa de privatização: a venda de sua participação na Companhia Vale do Rio Doce, a maior produtora de minério de ferro do mundo e a maior exportadora do Brasil. O leilão, previsto para acontecer dia 29 no Rio, está ameaçado. Antontem, o juiz João Batista Gonçalves, da 6ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo, concedeu liminar suspendendo-o até o julgamento da ação. O leilão só acontece se a liminar for derrubada. Com preço mínimo total estipulado em R\$ 10,36 bilhões, a Vale deve ser a protagonista da maior privatização já feita no país. A liminar concedida em São Paulo não é o único obstáculo. No último dia 22, o STF (Supremo Tribunal Federal) concedeu outra liminar, que suspende a eficácia de um decreto que cede à Vale o direito de uso de 412 mil hectares de terra adjacentes à província mineral de Carajás (PA). Na avaliação do governo, essa liminar pode criar insegurança no mercado quanto ao valor da empresa, mas não impede o leilão. Existe ainda o risco de, mesmo realizada, a venda da Vale ser cancelada posteriormente se o STF julgar procedente ação que considere inconstitucional todo o processo de privatização da empresa.

Compradores

Dois consórcios se inscreveram para participar do leilão: o Valecom, liderado pelo grupo Votorantim, e o Brasil, liderado pela CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). Os dois grupos darão lances para comprar em um único bloco de 40% a 45% das ações ordinárias da Vale. A privatização será consumada em mais duas etapas: venda de ações aos funcionários e venda direta no mercado de ações. Ao final do processo, o governo espera ter arrecadado cerca de R\$ 5 bilhões, relativos aos 51,13% das ações em poder da União. As demais já pertencem à iniciativa privada.

Radiografia

Segundo dados confidenciais obtidos pela Folha, a Vale tem 351.723 km² de áreas de pesquisa e lavra de minérios no Brasil. A área é maior que o conjunto dos Estados de São Paulo, Rio e Espírito Santo, que soma 338.903 km². Somente em minério de ferro ela possui 41,3 bilhões de toneladas, suficientes para quatro séculos de produção no ritmo atual. Considerada um exemplo de gestão estatal, com pouco registro de ingerências políticas, a Vale é fruto de uma batalha nacionalista. Os recursos para sua criação foram assegurados pelos Acordos de Washington, de 3 de março de 1942, em que o governo britânico se comprometia a comprar e transferir as jazidas da Itabira Iron Ore, empresa fundada em 1911, ao governo brasileiro (ver cronologia nesta página). O objetivo do Reino Unido e dos EUA era assegurar minério de ferro para suas indústrias bélicas durante a guerra. Graças a isso, a Vale foi fundada em 1º de junho de 1942, pelo decreto-lei 4.352. O principal líder da resistência nacionalista ao controle estrangeiro das reservas de ferro foi o presidente Arthur Bernardes (1922-26). Do outro lado da disputa, estava o norte-americano Percival Farquhar, dono da Itabira desde 1919. Em 1952, a Vale exportava 1,5 milhão de toneladas de minério por ano —valor de suas exportações em uma semana hoje. A década de 80 marcou a entrada em operação da mina de ferro de Carajás (85) e a diversificação de negócios que hoje caracteriza a Vale do Rio Doce.

O 'pai' da Vale

Eliezer moldou empresa ao mundo

Supernavios baratearam custo do transporte

da Reportagem Local e da Sucursal do Rio

Nenhuma outra empresa estatal brasileira tem sua história tão ligada a um homem só quanto a Companhia Vale do Rio Doce a Eliezer Batista da Silva, 73. "A Vale não seria o que é hoje sem o Eliezer", diz o ex-ministro Delfim Netto. Engenheiro, matemático, membro da Academia de Ciências da Rússia, ele idealizou a estratégia de desenvolvimento da CVRD. Presidente da Vale duas vezes (61 a 64 e 79 a 86), ministro das Minas e Energia de João Goulart, secretário de Assuntos Estratégicos de Collor, presidente da Rio Doce Internacional, ele transformou uma modesta mineradora em empresa globalizada antes de isso virar moda. A chave da transformação foi o conceito de sócios-consumidores: os compradores fechavam contratos de longo prazo (15 anos) e ainda investiam na Vale. Isso permitiu não só o ingresso de dinheiro barato que alavancou o crescimento da estatal, como propiciou a transferência de tecnologia para o país. Foi graças à parceria com os japoneses que a Vale conseguiu fazer o que era considerado impossível há ocasião (anos 50/60): transportar o bem mais pesado e barato —o minério de ferro— pela rota mais longa do mundo a preços competitivos.

A exportação de minério de ferro do Brasil para o Japão só foi possível graças à construção de navios de 100 mil toneladas —inexistentes à época— e de portos capazes de abastecê-los. "Ele é um sonhador com currículo, concretizou seus planos", define Paulo Yokota, consultor e economista. "É a personalidade empresarial brasileira mais conhecida e respeitada no Japão." Segundo Yokota, a parceria com os japoneses deve-se à amizade entre Batista e Koichi Inada, um matemático da Universidade de Tóquio que morava no Brasil e tinha participado do grupo que planejou a recuperação econômica japonesa. Eles aplicaram seus conhecimentos de lógica matemática e logística para juntar a vontade de crescer da Vale com a necessidade de recursos naturais para a economia japonesa. Até hoje o Japão é o maior cliente da Vale. A história de Batista está ligada à Vale há muito tempo. Ele nasceu em Nova Era, no coração do quadrilátero ferrífero de Minas. Talvez por isso, Batista seja reticente em relação à privatização da estatal. Ele não quis falar à reportagem antes do leilão. Mas a Folha apurou que Batista preferia a venda "aos pedaços" da CVRD. Se é para vender, que seja pela fórmula mais lucrativa —dizem amigos seus. (JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO e CHICO SANTOS)



O engenheiro Eliezer Batista, 73, duas vezes presidente da Vale

Paulo Glandálio - 27.nov.95/Folha Imagem

Quanto vale

Governo definiu preço mínimo em R\$ 10,36 bi e foi contestado

Consórcios contratados pelo BNDES chegaram a valores diferentes; para comissão da Câmara, preço foi subavaliado

da Sucursal do Rio de Janeiro e da Reportagem Local

O preço total da Companhia Vale do Rio Doce varia de R\$ 10,17 bilhões a R\$ 13,4 bilhões, dependendo do autor da avaliação.

Para o governo, ela vale, no mínimo, R\$ 10,36 bilhões. Esse número é resultado da multiplicação dos R\$ 26,67 fixados como preço mínimo de cada ação que vai a leilão pelo total de ações da empresa.

O valor mínimo foi obtido pela média dos preços das ações da empresa nos 90 pregões das Bolsas de Valores anteriores à data da definição do preço (5 de março de 1997).

Na sexta-feira, a ação ordinária da Vale estava em R\$ 28,90, cerca de 10% a mais que o valor fixado.

Os R\$ 10,17 bilhões foram o maior valor proposto pelo consórcio consultor, responsável pela modelagem de venda da empresa.

O valor de R\$ 13,4 bilhões é a conversão para real dos US\$ 12,66 bilhões encontrados, em avaliação paralela, pelo banco norte-americano Salomon Brothers.

Consórcios

O BNDES contratou dois consórcios de empresas para tentar chegar ao valor final da Vale.

O primeiro, Associação Vale Brasil, propôs R\$ 11,3 bilhões. O Salomon Brothers, que integrou

esse grupo, fez ainda uma avaliação individual, de R\$ 13,4 bilhões.

O outro consórcio, do qual faziam parte a Merrill Lynch e Projeto, fixou o preço em R\$ 10,17 bilhões. O governo preferiu os R\$ 10,36 bilhões, com base nas ações. Mas não receberá esse valor, pois detém apenas 51,13% do capital da empresa. O restante já está nas mãos da iniciativa privada.

Se vendesse toda a sua participação no capital da Vale pelo preço mínimo de leilão, o governo faturaria R\$ 5,3 bilhões.

Como há um desconto nas ações oferecidas aos empregados da empresa, esse valor se reduziria, no mínimo, em R\$ 328,8 milhões, caindo para R\$ 4,97 bilhões.

Suspeita

Na opinião do GAT (Grupo de Assessoramento Técnico) da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que acompanha a privatização da Vale, o preço definido pelo governo está subavaliado em, pelo menos, R\$ 2 bilhões.

O GAT chegou a esse valor com base nas diferenças de quantidades das reservas minerais da Vale anteriores e posteriores a uma auditoria feita em 1996.

O GAT sustenta ainda que a Merrill Lynch não poderia ter atuado na avaliação da Vale porque é dona da corretora sul-africana Smith Borkum Hare, que presta serviços para a Anglo American, uma das empresas interessadas no leilão.

Por isso, as avaliações feitas pela Merrill Lynch foram colocadas em dúvida por adversários da venda da Vale, entre eles o deputado Mirro Teixeira, (PDT-RJ).

O presidente mundial da Merrill Lynch, Winthrop Smith Jr., negou com veemência o fornecimento de qualquer informação, confidencial ou não, pela Smith Borkum Hare à Anglo American.

(CHICO SANTOS e ANTONIO CARLOS SEIDL)



Avaliação de 96 reduziu reservas minerais

da Sucursal do Rio de Janeiro

A avaliação das reservas minerais da Vale foi uma das questões mais controversas do processo de definição do preço da estatal.

Os números das reservas da Vale, referentes a 31 de dezembro do ano passado, estão reclassificados de acordo com auditoria feita pela empresa norte-americana MRDI (Mineral Resources Development, Inc.), que reduziu a maior parte das reservas provadas

e prováveis da estatal.

As reservas provadas e prováveis são aquelas que comprovadamente podem ser exploradas. No caso do minério de ferro, elas caíram de 12,88 bilhões de toneladas para 3,3 bilhões de toneladas. O primeiro valor constava do relatório de 95.

Os 3,3 bilhões de toneladas equivalem a 30 anos de produção, período usado para a avaliação.

No total, a Vale tem 41,3 bilhões de toneladas de minério de ferro, incluindo depósitos minerais.

No relatório anual da empresa de 1995, as reservas de bauxita (minério de alumínio) somavam 1,1 bilhão de toneladas. Com a reavaliação, elas passaram para 669 milhões de toneladas, sendo apenas 199 milhões provadas e prováveis.

No caso do cobre, o número total baixou de 1,2 bilhão de toneladas para 1,1 bilhão de toneladas. Em relação ao ouro, as reservas provadas e prováveis eram de 108,1 toneladas em 96. Em 95, as reservas totais eram de 563 toneladas. (CS)

Sistema de transporte é espinha dorsal da Vale

JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO da Reportagem Local

A opinião dos consultores sobre a Companhia Vale do Rio Doce contraria o senso comum e até a propaganda oficial. Mais do que uma mineradora, a Vale é uma empresa de logística, cuja espinha dorsal é o sistema de transportes.

Os especialistas dizem que seu maior valor é a capacidade de transportar o que quer que seja, até onde haja um mercado disposto a consumir essa mercadoria, por preços competitivos.

Dona de duas ferrovias e sócia de uma terceira, a Vale é a maior transportadora sobre trilhos do país. A soma do movimento de seus trens, portos e 18 navios rendeu R\$ 849 milhões no ano passado —20% de sua receita.

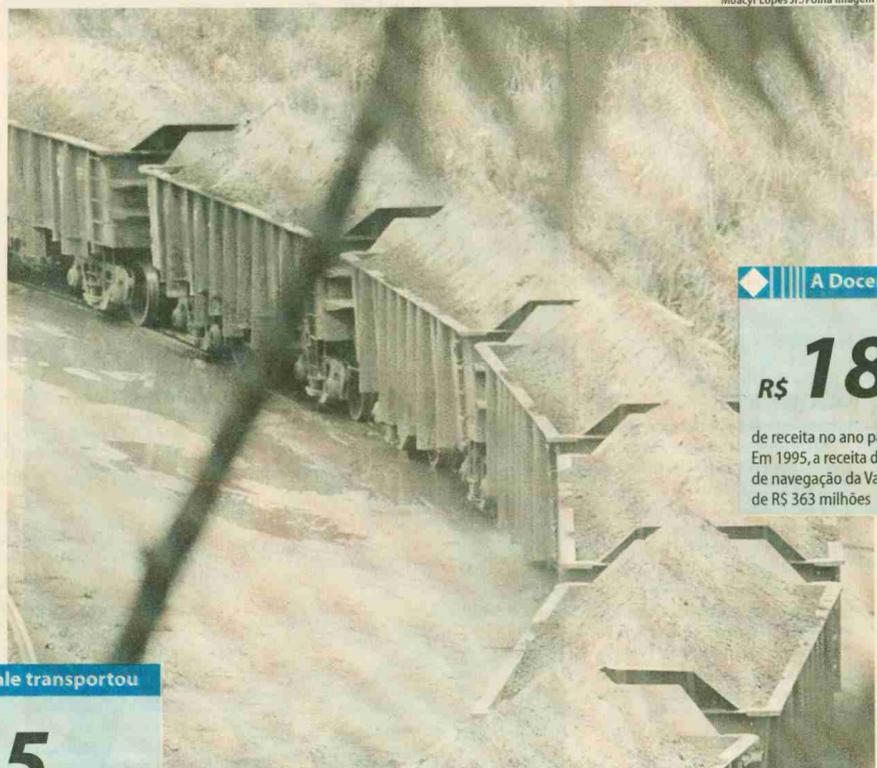
Esse sistema de transporte se sustenta porque não se limita a minérios. No ano passado, ele carregou, por exemplo, 5 milhões de passageiros, carros, aço, grãos, combustível e refrigerantes.

Para Antoninho Marmo Trevisan, ex-secretário de Controle das Estatais, é essa "expertise" que faz da Vale uma boa opção de investimento não apenas para os futuros donos privados, mas também para o pequeno investidor.

Na sua opinião, se a estatal fosse vendida em partes poderia render não R\$ 10,3 bilhões, mas o dobro.

A consultoria de Trevisan, líder do segmento de privatizações (participou de 18 delas), fez um estudo sobre as ações das empresas privatizadas. Na média, tiveram uma valorização de 50% no período de um ano após a venda.

Já o economista e consultor de empresas (entre elas, de algumas sócias japonesas da Vale) Paulo Yokota acha que a privatização da estatal, com pouca transparência,



Moacyr Lopes Jr./Folha Imagem

A Vale transportou

145 milhões

de toneladas de carga em suas ferrovias em 1996. A Ferrovia Centro Atlântica (11,24% da Vale) transportou mais 5 megatoneladas

Composição da Vale transporta minério de ferro na região de Itabira, Minas Gerais

interessados, os sócios já têm interesses específicos nos vários segmentos da Vale: um quer a parte de celulose e alumínio, outro, o ouro, e um terceiro, o minério de ferro.

Trevisan concorda que essas afinidades dos sócios com subsidiárias da Vale devem levar a uma segmentação da empresa. Mas os consultores discordam sobre o que isso pode representar em relação ao futuro da estatal.

Yokota tem dúvidas sobre a manutenção da sinergia necessária. Ele diz que os novos sócios têm interesses, culturas (há brasileiros, sul-africanos e japoneses) e objetivos diferentes.

Com visão oposta, Trevisan acha que é justamente a passagem do Estado para a iniciativa privada que trará mais vantagens à Vale. Ele diz que os novos donos agregarão, por exemplo, novas cargas ao sistema de transporte da empresa.

Além disso, prevê, os agentes financeiros internacionais vão ter mais interesse em investir numa empresa com gestão privada do que estatal —o que alavancaria o crescimento da Vale.

Para o ex-ministro Delfim Netto, a privatização trará mudanças na prática, haverá uma cisão da administração da Vale. Mas não consi-

dera isso o principal.

Delfim prevê que a empresa deve se tornar mais lucrativa, mas abandonará sua "função social" —como, por exemplo, desbravar áreas novas e incorporar, economicamente, novas regiões do país.

Ele diz que foi em sua gestão como ministro da Fazenda e, depois, do Planejamento, durante o regime militar, que Eliezer Batista obteve carta branca para reinvestir

tudo o lucro da Vale em novos empreendimentos.

Grças a décadas dessa política foram construídas ferrovias e portos que, por exemplo, transformaram a estatal na fonte de nada menos do que 50% da receita de impostos do Estado

do Maranhão. "Isso deve acabar, porque o objetivo da iniciativa privada é o lucro", diz Delfim. Ao mesmo tempo, isso deve também pôr fim, ou ao menos diminuir, a interferência política na gestão da empresa.

Mas ainda é política —na opinião de Delfim, Yokota e Trevisan— a principal razão pela qual a Vale está sendo privatizada.

Segundo eles, a Vale é a jóia da coroa. Nas atuais condições, dizem, se ela não for vendida, todo o processo de privatização brasileiro seria colocado em suspeição.

A maior consequência, afirmam, é que seria interrompida a entrada de capital externo. Sem isso, o balanço de pagamentos —a exemplo do México— teria um déficit insustentável e poria em risco a estabilidade da economia e do real.

Um dos comandantes do processo de privatização, o ministro Antônio Kandir aponta outros motivos. A razão primeira para a privatização, segundo ele, é a necessidade de novos aportes de capital —os quais a União não pode mais bancar— para investimentos da Vale.

Colaborou Célia de Gouvêa Franco

Editoria de Arte/Folha Imagem

Glossário

Acionista minoritário
Aquele que tem uma participação que não lhe dá o controle sobre uma empresa

Aço
Liga metálica de ferro e carbono, principal produto das indústrias siderúrgicas

Ações ordinárias
São as ações de controle da empresa. Dão direito a voto nas assembleias, quando são adotadas as grandes decisões estratégicas de uma empresa

Ações preferenciais
Em geral, não dão direito ao voto, mas dão preferência na distribuição de dividendos. No caso da Vale, entretanto, elas dão direito a voto exceto na eleição do conselho de administração da empresa e, portanto, seus detentores não participam deste conselho

ADR
É um certificado de depósito de ações em bancos norte-americanos. Esses certificados são negociados como se fossem ações da empresa. Foi a fórmula que a Vale encontrou para lançar ações nos EUA, onde a legislação limita a negociação de papéis de empresas estrangeiras

BNDES
(Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social)
É um dos bancos do governo federal, encarregado de conceder empréstimos de médio e longo prazos e de administrar o programa de privatização

CND
(Conselho Nacional de Desestatização)
É o órgão, formado por ministros de Estado, subordinado diretamente ao presidente da República, que dita as regras do programa de privatização

Dividendos
Distribuição aos acionistas de resultado em dinheiro, em proporção à quantidade de ações possuídas e com recursos oriundos dos lucros gerados pela empresa em um determinado período

Debêntures
Título que representa um empréstimo contratado por uma empresa (sociedade anônima), mediante oferta pública ou particular. A garantia do título é o patrimônio da empresa.

Fundos de pensão
São as entidades de previdência formadas pelos funcionários de uma mesma empresa. No caso da Vale, eles detêm 18% do capital

Golden share
Ação especial em que o governo continua detendo o controle sobre certos assuntos de uma empresa vendida. No caso da Vale, o governo pode, por exemplo, vetar a fragmentação da Vale em várias companhias

Minério
Mineral do qual se pode extrair metais ou substâncias não metálicas, por processos físicos, químicos ou térmicos

Pelotas
Parte do minério de ferro retirado pela Vale é muito pequeno, o que torna seu uso industrial inviável. Para aproveitar esse resíduo de partículas, chamadas finas e ultrafinas, a Vale construiu sozinha e associada a outras empresas as usinas de pelotização, que transformam essas partículas em "bolinhas" que podem ser usadas na fabricação de aço

Reservas minerais não avaliadas
O governo decidiu que as reservas minerais descobertas, mas não dimensionadas pela Vale, serão exploradas no futuro pela Vale em conjunto com o BNDES, que dividirão investimentos e receitas

Reservas minerais provadas e prováveis
São as reservas que comprovadamente podem ser exploradas. Foram elas que entraram no cálculo do valor da Vale. Assim, do total de 41,3 bilhões de toneladas de minério de ferro que se estima que a Vale tem, foram consideradas apenas 3,3 bilhões, quantidade que poderá ser explorada em 30 anos

Siderurgia
Processo de transformação do minério de ferro em ligas de ferro ou aço. No Brasil, a maioria das siderúrgicas é cliente da Vale, como a Cosipa, Usiminas, Açominas e Acesita

SPE
(Sociedade de Propósito Específico)
É o nome técnico dos consórcios que participam do leilão. É a sociedade que deterá o controle acionário da empresa após a privatização

O caminho do minério de ferro da mina ao porto



A Vale produziu 95,4 milhões de toneladas de minério de ferro em 1996

O mundo produziu 1 bilhão de toneladas em 95 (178 milhões no Brasil)

As perspectivas

Indústria depende cada vez menos do minério de ferro

Abundância de reservas faz preço cair e impede a sua substituição em larga escala por produtos sintéticos, como a borracha

CÉLIA DE GOUVÊA FRANCO da Reportagem Local

A economia mundial depende hoje menos do ferro e do aço do que dependia há 20 anos. E as pesquisas que buscam descobrir novos substitutos para esses metais devem acentuar essa tendência nos próximos anos. A abundância de minério de ferro, porém, faz com que seu preço continue imbatível em comparação com o de seus possíveis substitutos, como o plástico, quando existe a necessidade do uso de um material em larga escala. Esse quadro — de abundância e redução no uso — faz com que cientistas afirmem que já deixou de ter grande importância estratégica possuir reservas minerais.

Importância
“A atual cultura é muito diferente da que predominava nas décadas de 40 a 60. Não faz mais sentido investir pesadamente em reservas minerais. Já existe oferta em abundância dos principais metais e a demanda por eles só tende a diminuir”, diz Rogério Cezar de Cerqueira Leite, professor emérito da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).
Ele lembra que a maioria dos países já encerrou o ciclo de investimentos em infra-estrutura, que exige muita aplicação de aço e ferro, e que a informatização pode mudar o setor de transportes, com menor demanda de metais.

Preço
Iran Machado, professor do Instituto de Geociências da Unicamp, afirma que os preços dos principais bens minerais e metais caíram, de modo lento e gradual, no decorrer deste século como resultado da maior oferta.
Ele diz, porém, que especular so-

bre os preços dos minérios nas próximas décadas seria “um exercício extremamente difícil”. Machado acrescenta que “não se deve ignorar que o minério de ferro é importante para a Vale muito mais pelo volume exportado do que pelo preço da tonelada”. E esse preço é definido em negociações periódicas com as grandes siderúrgicas japonesas e alemãs. Sérgio Missina, analista de mineração do Banco Fator, diz que a substituição do minério de ferro por outras matérias-primas acontecerá de forma lenta e gradual. Ele destaca a tendência de uma maior utilização de pelotas, atendendo às exigências de preservação do meio ambiente. A maioria dos investimentos em minério de ferro estão se concentrando em usinas de pelotização. “A produção de pelotas no Brasil deve passar de 67 milhões de toneladas em 1995 para 78 milhões no ano 2000. As projeções indicam uma demanda de 80 milhões.” O analista não acredita em um crescimento relevante da demanda por minério de ferro. A expectativa é de um aumento de apenas 5% de 1995 ao ano 2000.

Vantagem competitiva
Eduardo Damasceno, professor de economia mineral da Escola de Minas e vice-diretor da Politécnica da USP (Universidade de São Paulo), por sua vez, aposta que vai se manter firme a procura por aço nas próximas décadas. Os especialistas concordam que o aço e o ferro estão sendo gradualmente substituídos, mas acreditam que a abundância de minério de ferro é tão grande que valerá a pena continuar usando intensamente esses metais, ainda que “misturados” com outros. A quantidade de aço que se usa hoje em vários produtos, a começar pelos automóveis, é bem menor do que era há 10 anos. A Volkswagen informa, por exemplo, que os 350 mil carros modelo Gol fabricados no ano passado pesavam, cada um, 850 kg, sendo que 14% do peso correspondia a produtos sintéticos (como plástico e borracha). Além disso, lembra Damasceno, a indústria tem usado cada vez mais ligas de aço com outros materiais, como nióbio e molibdênio —mas o aço continua a fornecer a base para essas ligas. Colaborou Antonio Carlos Seidl, da Reportagem Local

Preço do ouro é estável há séculos

da Reportagem Local

Há 2.000 anos, durante o Império Romano, era possível comprar uma túnica com uma onça (31,1 gramas) de ouro. Hoje, essa mesma medida de ouro vale cerca de US\$ 340, com os quais é possível comprar uma túnica em qualquer país do mundo. Natan Blanche e Emílio Garófalo, especialistas em ouro da Consultores Associados, usam a comparação para demonstrar a estabilidade do ouro ao longo não apenas de anos, mas de séculos. A tendência deve se manter nos próximos anos, a menos que ocorra algum fator que provoque grande insegurança em alguma região. Nessa hipótese, como sempre

ocorre em épocas de crise, aumentará o número de pessoas interessadas em comprar ouro como uma forma segura de investir. Os novos donos da Vale, que produziu 18 toneladas de ouro em 96, não precisam, porém, contar com uma explosão do preço do metal para saber que estão entrando num negócio rentável. Hoje, os custos de produção de uma onça de ouro variam entre US\$ 180 e US\$ 220, bem abaixo do seu preço internacional, portanto. Hoje, a maior demanda vem dos compradores de jóias, especialmente de países como a China, onde não existem alternativas seguras de investimento. Entre 86 e 95, mais que dobrou o consumo de ouro para fabricar jóias. (CGF)



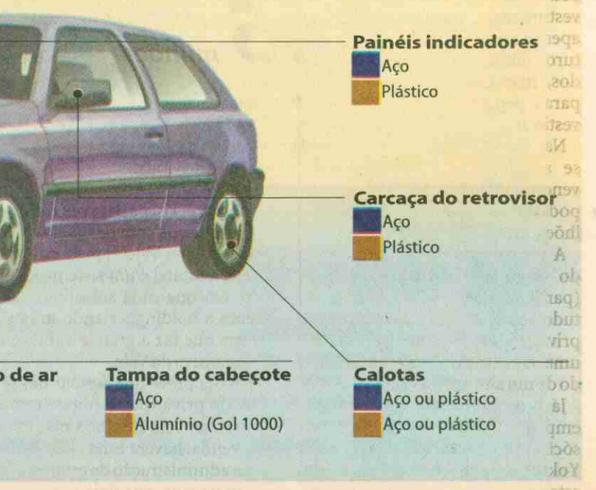
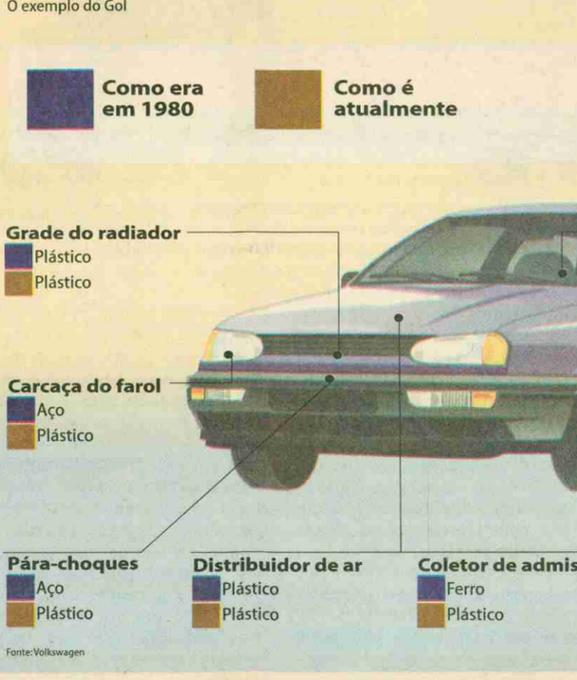
Plástico substitui metais em carros

da Reportagem Local

O pára-choque e a grade dos radiadores da maioria dos automóveis, eletrodomésticos como máquinas de lavar roupa, um número enorme de ferramentas e de utensílios para cozinha — todos esses são exemplos, cada vez mais comuns, de como a nova revolução tecnológica está fazendo com que o ferro e o aço cedam lugar para outros materiais, especialmente os plásticos. A indústria automobilística talvez seja a área em que as mudanças no uso de materiais estejam se processando de forma mais acelerada nos últimos anos. Desde a década de 30, alguns componentes dos veículos são feitos de plásticos, mas a corrida para substituir o aço ganhou fôlego, de fato, desde os anos 80. A Volkswagen calcula, por exemplo, que entre 1990 e 1996 a utilização de plástico nos automóveis cresceu cerca de 3% em relação ao peso do veículo. “Nos últimos anos, a indústria tem pesquisado muitos materiais para tentar diminuir o peso dos automóveis, como forma de reduzir o consumo de combustível”, diz Geraldo Thomas Rinaldi, dire-

tor do Sindipeças (entidade que reúne fabricantes de autopeças). Muitos dos novos materiais têm esbarrado no problema dos custos de produção, lembra Eduardo Damasceno, vice-diretor da Escola Politécnica e professor de economia mineral na Escola de Minas da USP (Universidade de São Paulo). Uma dessas tentativas foi a de pesquisadores japoneses, que tentaram criar um motor de cerâmica, cujo custo era várias vezes superior ao do motor convencional. As inovações mais bem sucedidas até agora são as que usam plástico e novas ligas de metais, combinando, por exemplo, aço com nióbio ou molibdênio, que permitem a fabricação de chapas mais finas e mais leves, diz Damasceno. No caso do plástico, seu uso mais intenso faz com que a grande maioria dos automóveis saia das fábricas hoje com pára-choques de polipropileno composto, tipo de plástico cuja principal vantagem é sua capacidade de voltar à forma original no caso de pequenos impactos — uma chapa de aço é deformada muito mais facilmente, com custos maiores de conserto. Além disso, o plástico pode ser reciclado quantas vezes for necessário, informa a Volkswagen. (CGF)

Carros de plástico e alumínio



O que será privatizado
51,13%
das ações da Vale (75,97% das ordinárias e 6,31% das preferenciais), da União

Não entram no leilão

48,87%

pertencentes a outros acionistas

Entenda como será a venda da Vale

O governo pretende arrecadar pelo menos
R\$ 4,97 bi
nas três etapas da privatização da Vale

Como será a privatização

Conheça as três etapas:

1ª etapa
Leilão
Venda de 40% a 43% das ações ordinárias do governo e 2% de outros acionistas privados (Isso equivale a algo entre 78% e 88% das ações vendidas pelo governo)

Quando? Previsto para o dia 29 de abril, terça-feira, às 10h

Onde? Na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro

Qual o que vai a leilão? O controle acionário da empresa, representado por até 45% das ações ordinárias

Qual a forma de oferta no leilão? As ações são colocadas à venda em um único bloco, ou seja, só haverá um comprador

Qual o preço mínimo? Cada ação custa R\$ 26,67. O preço mínimo total das ações deve ficar entre R\$ 2,67 bi e R\$ 3 bi

2ª etapa
Oferta aos empregados
De 4,45% das ordinárias e 6,31% das preferenciais (Cerca de 10% das ações do governo)

Qual o período de oferta aos empregados? Até 7 de maio de 97

Qual o preço por ação? R\$ 11,09 para as ordinárias e R\$ 8,88 para as preferenciais

Qual o que está em oferta? Além das ações, o direito de participar do controle da empresa

Como é feita a venda? Por meio de um clube de investimento, chamado Investvale

3ª etapa
Oferta pública
O que sobrar com a União (até 36% das ordinárias e 6,31% das preferenciais)

Quando será? Sem data, o governo pretende que seja ainda este ano

Onde será feita a oferta? Nos principais mercados acionários do Brasil e do exterior

Qual o preço por ação na oferta pública? Ainda não definido

Passo a passo do leilão

O dia do leilão - 29/4 - terça-feira

A Câmara de Liquidação e Custódia da Bolsa do Rio publica nos jornais os nomes dos consórcios pré-qualificados para participar do leilão. Com no mínimo três integrantes, eles devem ter comprovado capacidade financeira e técnica para operar a Companhia Vale do Rio Doce



Começa o leilão, no pregão da Bolsa do Rio. Representados por corretoras, os dois consórcios passarão a fazer lances, por meio de operadores, como num leilão qualquer. Poderão comprar de 40% a 45% das ações ordinárias da Vale, mas em um único bloco. Cada ação tem

preço inicial fixado em R\$ 26,67. Após o maior lance, o leiloeiro espera mais um tempo. Se não surgir uma proposta melhor, o martelo é batido - pela tradição, pelo representante mais graduado do governo presente ao leilão. Em seguida, são anunciados os vencedores

O dia do pagamento - 5/5

Os vencedores do leilão fazem o pagamento em reais à Câmara de Liquidação e Custódia, em geral, com cheque administrativo. A CLC transfere o dinheiro para a conta do BNDES

O leilão deve render entre

R\$ 2,67 bilhões a R\$ 3 bilhões, dependendo do total de ações vendidas

Aqui ficam os leiloeiros oficiais. Quando o lance final for dado, as autoridades presentes "batem o martelo", fechando o leilão

BOLSA DE VALORES DO RIO DE JANEIRO

Painéis registram os lances dados pelos operadores, que gritam o valor para os leiloeiros

Setor de autoridades

corretoras Os corretores, que não precisam estar presentes, determinam os lances e os indicam aos operadores, por telefone sem fio

Setor de imprensa

Operadores Funcionários das corretoras. Oficializam para os leiloeiros os lances dos consórcios

convidados

A polícia e os manifestantes

A Polícia Militar do Rio de Janeiro vai cercar as ruas próximas à Bolsa de Valores para evitar manifestações contra a maior privatização já realizada no país. As principais

organizações de trabalhadores, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), além da UNE (União Nacional dos

Estudantes) e OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), são contrárias à privatização e devem tentar organizar protestos contra a venda da Vale nas imediações da Bolsa

Onde fica



Os interessados na compra

Consórcio Brasil*

- CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) Líder do consórcio. Fundada em 1942, foi a primeira grande siderúrgica do país. Empresa estatal até 1993, foi privatizada por US\$ 1,495 bilhão
- Previ Fundo de pensão dos empregados do Banco do Brasil. Participou de várias privatizações. É sócio, por exemplo, da própria CSN
- Petros Fundo de pensão dos empregados da Petrobrás
- Funcf Fundo de pensão dos empregados da Caixa Econômica Federal
- Funcesp Fundo de pensão dos empregados da Cesp
- Opportunity Fundo de investimentos
- Companhia Suzano Empresa do ramo de papel e celulose
- Alcoa Empresa no ramo de alumínio
- Nations Bank Fundo de investimentos - EUA

ConsórcioValecom

- Grupo Votorantim Um dos maiores grupos nacionais, é comandado pelo empresário Antonio Ermirio de Moraes. Atua nos setores de cimento e alumínio, entre outros
- Anglo American Mineradora sul-africana. Seu principal produto é o ouro. Já tem negócios no Brasil. É dona da mineradora Morro Velho, em Nova Lima (MG)
- Sitel Fundo de pensão dos empregados da Teletrás. Quase entrou no consórcio Brasil. Um dos maiores fundos de pensão do país
- Centrus Fundo de pensão dos empregados do Banco Central
- Caemi-Mitsui Mineradora brasileira/corporação japonesa
- Brasil-Japão Participação Formado por diversas corporações*

Os participantes foram divulgados pelos próprios consórcios, já que a Câmara de Liquidação e Custódia não divulga os nomes dos inscritos. O consórcio Brasil* admitiu a possibilidade de redução no número de participantes até amanhã. Não foram divulgadas as participações acionárias de cada empresa dentro dos consórcios

Perguntas e respostas sobre a venda e o futuro da Vale

1 O que será colocado à venda no leilão?

Estão sendo postas à venda entre 40% e 45% das ações ordinárias (com direito a voto) da Vale neste leilão. Na prática, isso significa o controle acionário da empresa

Os empregados

Devem comprar até **4,45%**

das ações ordinárias e após o leilão se unem automaticamente ao consórcio vencedor. Eles vão pagar pelas ações na segunda etapa da privatização

2 Quem pode se inscrever para o leilão?

Para participar do leilão, qualquer empresa ou pessoa, do Brasil ou do exterior, teve de se organizar num consórcio, em uma Sociedade de Propósito Especial (SPE, empresa que vai controlar a Vale)

As exigências

Para participar do leilão, o consórcio, formado por um mínimo de três participantes, teve de provar capacidade financeira - dispor de

R\$ 3 bilhões

- e capacidade técnica para operar a empresa (que significou demonstrar condições de operar as ferrovias e explorar os minérios)

Os limites

Cada sócio não pode ter mais de 45% das ações do consórcio. Juntos, produtores de minério de ferro não podem ultrapassar 45% do capital da SPE. O mesmo limite é imposto às siderúrgicas e tradings. Grandes produtores de minério de ferro (mais de 30 milhões de toneladas/ano), grandes siderúrgicas (que produzem e vendem 8,5 milhões de toneladas de aço/ano) e grandes companhias tradings (que comercializam mais de 30 milhões de toneladas de minério de ferro/ano) têm limite de 10% de participação individual. Esses limites valem por **5 anos**. Para deixar a SPE no mesmo período, é preciso autorização do BNDESpar

3 Como o consórcio terá o controle da empresa?

O consórcio, que comprará de 40% a 45% das ações ordinárias no leilão, terá a adesão dos funcionários, com até 4,45% das ações ordinárias, e do Valia, fundo de pensão dos funcionários da Vale, com 1,6%. Se ainda for necessário o BNDESpar, que já detém 3,2% das ações ordinárias, poderá aderir ao consórcio. Assim, a sociedade que vencer o leilão ultrapassará os 50%

Os controles

O BNDESpar (BNDES Participações) poderá vetar alterações do contrato social, mudança dos limites de participação no consórcio que comprar a Vale, entrada e saída de acionistas ou venda do controle, liquidação, dissolução, cisão, fusão ou incorporação da SPE por outra empresa. Esse poder acaba cinco anos após a privatização da empresa.

4 Como ficam municípios que recebem dinheiro da Vale?

Os novos donos da empresa terão de cumprir os compromissos já firmados. Além disso o governo criou um fundo para financiar projetos sociais nas áreas de influência da Vale

5 Que tipo de controle a União continuará a ter sobre a Vale privatizada?

Duas ações especiais, chamadas de golden shares, permitirão ao governo vetar atos específicos dos futuros donos da empresa

A União terá, por tempo indeterminado,

poder de vetar a alteração do nome da Companhia Vale do Rio Doce, a mudança da sede da empresa, a mudança de atividade, referente à exploração mineral, a liquidação da Vale, a venda ou encerramento de qualquer atividade do complexo de minério de ferro, dos depósitos e jazidas aos terminais marítimos, passando pelas minas e ferrovias

6 A Vale privatizada continua dona das minas, estradas de ferro e portos que a Vale estatal explorava?

Pela Constituição, as minas pertencem à União, que detém o monopólio do subsolo. A Vale tem e continuará tendo concessões para explorá-las. As ferrovias já pertencem à Vale e continuarão com a empresa após a venda. Mas, o terreno por onde elas passam são uma concessão do governo. Os portos e navios são e continuarão sendo privados da Vale

As concessões

As concessões para exploração das minas de ferro, ouro e outros minérios não têm prazo fixo. Pela tradição brasileira, elas duram enquanto a jazida não for esgotada. A partir da privatização, **30 anos** é o prazo de vigência para as concessões de exploração das ferrovias Vitória a Minas e Carajás. Depois, podem ser renovadas. As concessões de exploração das minas e ferrovias podem ser cassadas, mas só se os novos donos não cumprirem os contratos de concessão. Esses contratos, em geral, determinam limites mínimos e máximos de produção. Os portos passam a pertencer aos novos donos da Vale

7 Após a venda, a União será remunerada pelos rendimentos da Vale?

Depende. Todas as reservas minerais já mensuradas (medidas) entrarão no preço mínimo da Vale. Além disso, a União fez um chamado contrato de risco com a Vale para pesquisas em áreas consideradas promissoras em Carajás, com participação no investimento e no resultado de 50% para cada parte. As áreas em que a Vale tem prioridade ou direito de pesquisa ou de extração não cobertas pelo preço mínimo ou pelo contrato de risco serão cobertas por debêntures, papéis que garantem aos atuais acionistas da Vale (inclusive a União, que detém pouco mais de 51% das ações da empresa) direito a um ganho sobre receitas líquidas futuras da empresa em situações específicas

As debêntures

Os ganhos da União entre os atuais acionistas variam de acordo com o produto e a região. **Minério de ferro:** os atuais acionistas receberão 1,8% da receita líquida (faturamento menos impostos) após serem retiradas 1,2 bilhão de toneladas de minério de ferro em Carajás e 1,7 bilhão em outras regiões. **Ouro:** 2,5% da receita líquida a partir do início da exploração comercial. No caso de Fazenda Brasileira (Bahia), a partir da extração de 26 toneladas

Ouro e cobre: nas áreas Igarapé Bahia, Corpo Alemão e Pojuca (em Carajás), prêmio de 2,5% da receita líquida após a extração de 70 toneladas de ouro. No caso do cobre, a partir do início da exploração comercial. **Demais minerais:** 1% da receita líquida após quatro anos do início da exploração comercial. **Alienação de direitos de exploração:** 1% do preço líquido, pagos à vista, caso a Vale venda seus direitos de exploração de uma área

Os compradores

Interessados são sócios ou acionistas da própria Vale

Estatual detém 9,85% do capital da CSN e ainda controla 40% de mineradora no Pará da qual a Votorantim tem 10% das ações

CHICO SANTOS da Sucursal do Rio

A maioria dos integrantes dos consórcios que vão disputar o controle da Vale é formada por empresas ou fundações que são sócias ou acionistas da própria Vale (ver composição dos consórcios à pág.7). Uma delas, a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), tem participação acionária na estatal.

A Vale participa do capital da CSN por meio da sua subsidiária Docenave (Vale do Rio Doce Navegação), com 9,85% da siderúrgica. É sócia da CSN com o grupo Vicunha, a Previ e o Bradesco. Os três são os principais idealizadores do Consórcio Brasil.

Caso vença o leilão, a CSN passará a deter participações, por meio da Vale, em algumas de suas concorrentes, pois a Vale tem participação na Usiminas e na Companhia Siderúrgica de Tubarão.

A Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil, já é acionista da CST e da Usiminas, além de ser dona de 8,06% do capital ordinário da Vale. Os demais fundos de pensão do Consórcio Brasil são também acionistas da Vale.

A Petros (Petrobrás), a Funcef (Caixa Econômica Federal) e a Funcesp (Cesp), juntas, detêm 1,97% do capital ordinário da Vale.

A Companhia Suzano de Papel e Celulose é sócia majoritária da Vale na Bahia Sul Celulose. A Suzano detém 55% do capital da empresa.

A norte-americana Alcoa possui 8,58% do capital da MRN (Mineração Rio do Norte), no Pará, da qual a Vale é dona de 40%. Por meio da MRN, a Alcoa participa do capital da Alunorte, fábrica de alumina (alumínio básico) no Pará,

controlada pela Vale.

Do lado do Consórcio Valecom, todos os participantes têm algum tipo de relação com a Vale. A Votorantim, líder do grupo, é dona de 10% da MRN, por meio de sua controlada CBA (Companhia Brasileira de Alumínio).

A Anglo American é sócia da Vale na Salobo Metais, projeto de cobre e ouro em Carajás. Os fundos Sistel (Telebrás) e Centrus (Banco Central) detêm, juntos, 2,8% do capital ordinário da Vale.

A japonesa Mitsui, que se associou à brasileira Caemi, é sócia da Vale na empresa de navegação Nippon Bulkcarriers.

As 11 corporações japonesas que formam a Brasil-Japão Participações têm relações de sociedade ou de clientela com a Vale.

Desistências

Vários candidatos potenciais à compra da Vale ficaram pelo caminho no processo de formação dos consórcios. As principais ausências foram das grandes mineradoras de ferro australianas.

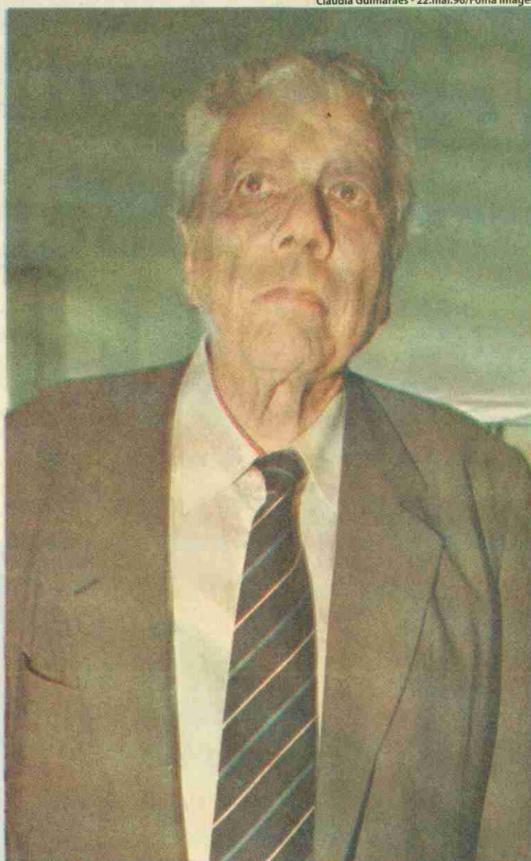
A regra que limitou a 10% do capital da SPE (Sociedade de Propósitos Especiais) a participação individual de grandes mineradoras de ferro foi, segundo o mercado, o motivo da ausência da BHP (Broken Hill Pty CO Ltd), quarta maior mineradora do mundo.

Entre as australianas, somente a Western Mining Holdings Ltd, 14ª do mundo e pouco atuante na área de minério de ferro, veio ao Brasil consultar os dados da Vale, mas acabou desistindo do negócio.

As grandes corporações japonesas, que temiam a possibilidade de a Vale vir a ser controlada pelos australianos, seus grandes fornecedores, ao lado da própria Vale, relaxaram após a desistência e entraram no Consórcio Valecom com uma pequena participação.

No lado brasileiro, dois nomes muito fortes no início acabaram de fora: a Aracruz Celulose e o Bradesco. O interesse da Aracruz era na área de papel e celulose, mas como o edital impede a divisão da estatal por cinco anos, ela se desinteressou.

O Bradesco, por ter participado da avaliação da Vale, não poderá comprar ações, ficando restrito a financiar os interessados.

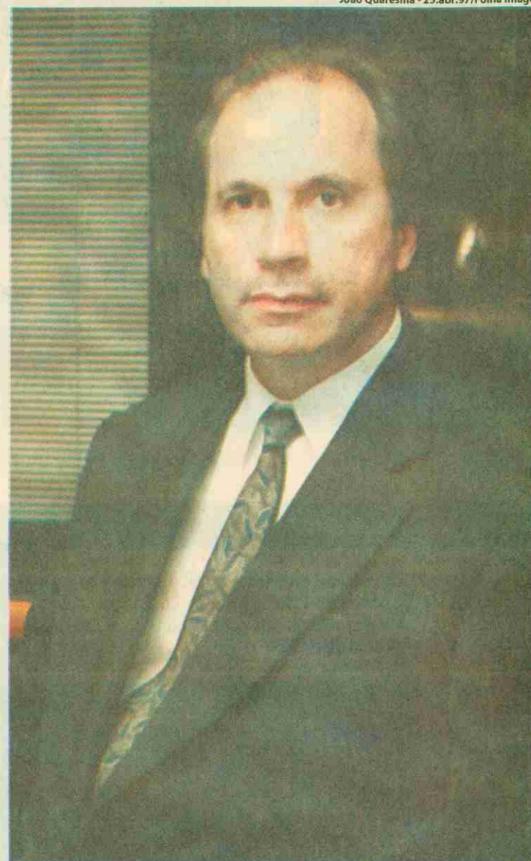


Antonio Ermirio

“Somos apenas mais um concorrente. Estou tranquilo do ponto de vista espiritual, tanto para ganhar quanto para perder. Na democracia é isso mesmo. Agora o que eu queria afirmar é que, se amanhã nós formos os ganhadores, certamente não vamos sair por aí fazendo da Vale, que é uma enorme companhia, apenas um departamento. Dá a impressão por aí que alumínio vai embora para fulano, celulose vai embora para beltrano, e

faz-se dinheiro. (...) Não vamos desmembrar a Vale. O outro consórcio está com essa idéia. Isso é fogo. É uma maneira de amenizar gastos e reduzir a necessidade de investimentos. E a Vale, o minério de ferro, vai ficar um departamento. Isso não é bom para o Brasil. Não é bom para a privatização, porque o pessoal da área estatizante vai dizer: está vendo, olha a sacanagem.”

Antonio Ermirio de Moraes é diretor-superintendente do grupo Votorantim



Benjamin Steinbruch

“Nosso modelo prevê a Vale como um todo. Não pretendemos vender nem desmembrar nada. Ao contrário, acreditamos que a Vale é forte por ser um conjunto de empresas. Na nossa opinião, a Vale não pode ser mexida. Teríamos seis meses para entender realmente a Vale, discutir a estratégia com a diretoria e os demais funcionários da companhia e depois, eventualmente, começar a tomar decisões estratégicas. Não acreditamos em mu-

danças drásticas antes de seis meses. (...) Vamos estudar cada setor e ver como eles podem ser viabilizados, seja aumentando, diminuindo, investindo, juntando. Dentro de uma economia globalizada todos procuram produção. Dentro disso, temos de dimensionar os negócios para que sejam competitivos. Nesses seis meses, determinaremos onde serão feitos os investimentos.”

Benjamin Steinbruch é presidente da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional)

Governo pode recomprar ação para ajudar vencedor

da Sucursal do Rio

O governo, por meio do BNDESPar (Banco Nacional e Desenvolvimento Econômico e Social Participações), está disposto a recomprar até cerca de 10,7% das ações da Vale que forem vendidas em leilão, se os participantes do consórcio ven-

cedor quiserem vendê-las.

A BNDESPar publicou comunicado informando aos interessados que ela está disponibilizando “em caráter irrevogável e irretroatável” até R\$ 300 milhões para a compra de ações ordinárias da Vale, ao preço mínimo de leilão (R\$ 26,67 por ação), dos vencedores.

Caso o vencedor do leilão compre o mínimo de ações permitido pelas regras (104,85 milhões) pelo preço mínimo, ele pagará aproximadamente R\$ 2,8 bilhões. Os R\$ 300 milhões da BNDESPar representarão 10,7% desse total.

Se houver ágio no leilão, a subsidiária do BNDES poderá colocar

mais dinheiro na operação.

O comunicado da BNDESPar significa, na prática, que o governo está disposto a dar um fôlego ao vencedor do leilão da Vale, caso os membros do consórcio tenham necessidade de se capitalizar após o dispêndio feito para a compra das ações da mineradora.

Em Serra Pelada

Comprador herda conflitos no Pará

Garimpeiros reivindicam direito sobre área

ESTANISLAU MARIA da Agência Folha, em Curionópolis

O consórcio que assumir o controle da Vale do Rio Doce vai receber, além das 150 toneladas de ouro no subsolo de Serra Leste, em Curionópolis (PA), uma disputa com os garimpeiros remanescentes de Serra Pelada.

Serra Leste (630 km ao sul de Belém) engloba o garimpo de Serra Pelada, palco da maior corrida do ouro do Brasil, mas que hoje não lembra em nada aquele “Eldorado” que chegou a abrigar 100 mil garimpeiros.

No ano passado, um grupo de garimpeiros invadiu a área industrial da Vale em Serra Leste e paralisou as 13 sondas de prospecção instaladas no local.

Eles reivindicavam o direito de explorar uma jazida de ouro que está a 400 metros de profundidade. Uma ação conjunta do Exército, Polícia Militar e Polícia Federal liberou as sondas.

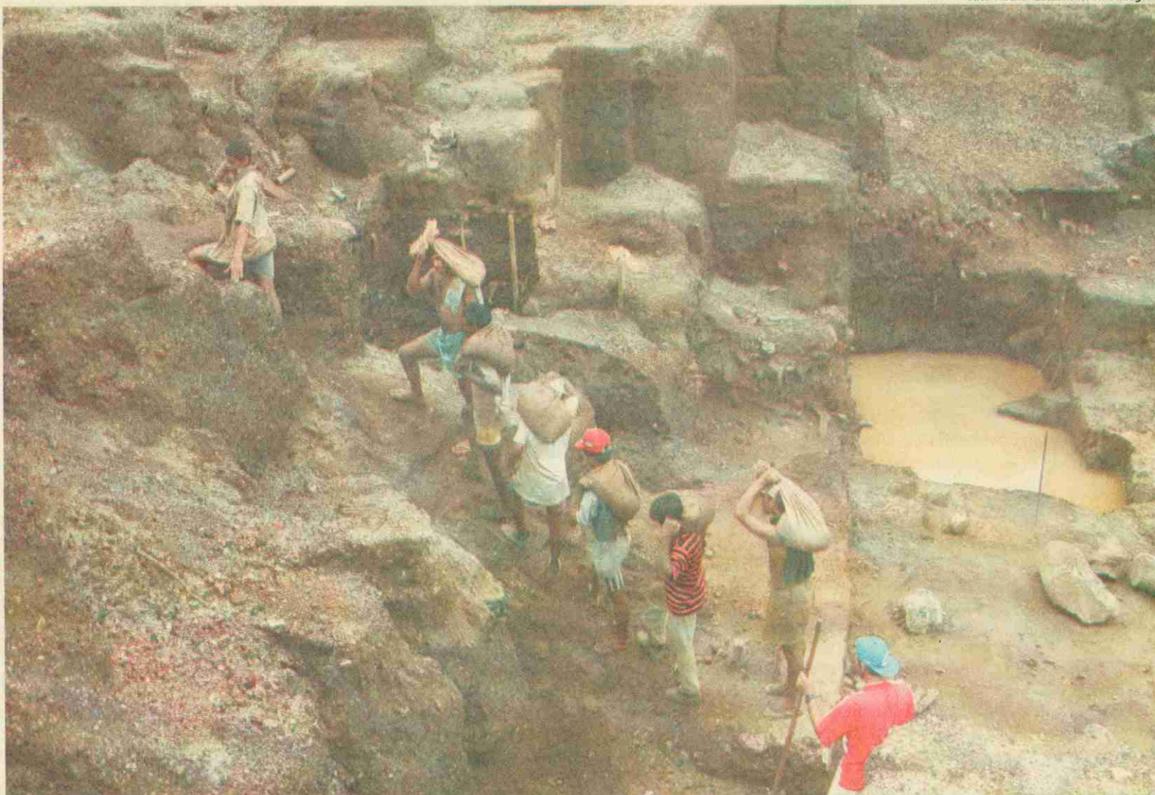
Mas os garimpeiros já avisaram que continuarão lutando pelo direito de garimpar ou de receber uma indenização.

A concessão da área em disputa pertence à Vale desde 74. Na década de 80, o presidente João Baptista Figueiredo destinou uma parte do terreno concedido à empresa aos mais de 100 mil garimpeiros instalados no local.

A concessão deveria ser renovada a cada quatro anos. Mas em 1992, o então presidente Fernando Collor de Mello cassou o direito minerário dos garimpeiros. Juridicamente, eles são apenas posseiros das áreas dos barracos, por estarem na região há 16 anos.

Antes dos conflitos no ano passado, a Vale comprava os barracos por R\$ 6.000,00. Depois, as negociações foram encerradas.

Segundo a empresa, cerca de 4.000 pessoas ainda vivem em 1.287 barracos em Serra Pelada. Segundo a comissão de moradores, são 8.225, em 2.350 barracos.



Garimpeiros trabalham em área de Serra Pelada, no Pará, local da maior corrida do ouro do Brasil, que chegou a atrair 100 mil trabalhadores

Juca Varella - 23.abr.96/Folha Imagem

Pesquisa

Paulistanos estão indefinidos sobre a venda da estatal

Para 43% dos entrevistados, empresa deve continuar estatal enquanto 38% apóiam a venda; 18% nunca ouviram falar da Vale

da Redação

A privatização da Companhia Vale do Rio Doce divide a opinião dos paulistanos. A conclusão é de pesquisa Datafolha realizada no dia 18 de abril em São Paulo.

Para 43% dos entrevistados a empresa deve continuar sob a tutela estatal. Para 38%, a estatal deve passar para a iniciativa privada.

O resultado está dentro da margem de erro da pesquisa, que é de quatro pontos percentuais para mais ou para menos.

Não souberam opinar sobre a privatização 15% dos paulistanos, e 4% deram outras respostas.

A situação se modifica quando é levado em conta o critério de renda familiar mensal.

Para 51% dos entrevistados que ganham mais de 20 salários mínimos, a Vale deve ser vendida. Nessa faixa de renda, 37% são contra a

privatização, e 7% não opinaram.

Entre os que ganham menos de dez salários mínimos, a situação se inverte: 46% são contra o leilão da empresa, e 32%, favoráveis. O percentual de pessoas que não soube opinar cresce: 19%.

Na faixa intermediária, o equilíbrio prevalece. Defendem a privatização 45% dos entrevistados, contra 41% que são contra.

Escolaridade

A tendência se repete quando é levado em consideração o grau de instrução: quanto maior a escolaridade, maior o percentual de apoio à privatização.

Dos entrevistados que têm ensino superior, 56% disseram que são favoráveis à desestatização da empresa. Outros 35% defenderam a sua permanência nas mãos do governo federal.

A situação se inverte e a privatização perde apoio quando é analisada a faixa que tem apenas o primeiro grau completo —46% são contra a venda da estatal, contra 29% que desejam ver a Vale privatizada.

Entre os que têm até o segundo grau completo, a divisão prevalece: 43% apóiam o processo de privatização da estatal, e 42% preferem que ela permaneça controlada pelo governo federal.

Leilão

A maioria dos entrevistados (68%) afirmou saber que a empre-

sa está em processo de privatização, enquanto 32% disseram desconhecer o fato.

Entre os paulistanos com renda familiar superior a 20 salários mínimos, o grau de conhecimento do leilão da Vale é maior: 87% — contra 13% que o ignoram.

Na faixa que recebe menos de dez salários mínimos, o percentual de paulistanos informados sobre a venda da estatal cai para 59%, e sobe para 41% o de desinformados.

Informação

A grande maioria dos paulistanos (81%) disse já ter ouvido falar da companhia. Os outros 19% afirmaram desconhecer a empresa. Apesar de a maioria dos entrevistados saber da existência da empresa, um percentual bem menor mostrou conhecer as atividades da estatal.

Dos que disseram conhecer a estatal, fizeram referências corretas ao setor de mineração (mineração, mineração, ferro, ouro, cobre), no qual a empresa atua, 54% dos paulistanos. Um percentual significativo —40%— não soube responder. Outros 7% deram respostas incorretas sobre as áreas de atuação da Vale.

A pesquisa da Datafolha é um levantamento por amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados. A população adulta da cidade de São Paulo foi tomada como universo da pesquisa. O levantamento foi feito no dia 18 de abril. Foram entrevistadas 635 pessoas. A margem de erro é de quatro pontos percentuais para mais ou para menos dentro de um intervalo de confiança de 95%.

Privatização divide paulistanos

É melhor...
Resposta estimulada e única, em %



Mais pobres preferem que empresa continue estatal

	Renda familiar mensal Em salários mínimos			Escolaridade			Idade Em anos		
	Até 10	De 10 a 20	Mais de 20	1º grau	2º grau	3º grau	16 a 25	26 a 40	41 ou mais
A Vale continuar nas mãos do governo federal	46	41	37	46	42	35	48	48	44
A Vale passar para as mãos dos empresários	32	45	51	29	43	56	33	44	35
Outras respostas	2	7	5	4	4	6	3	5	3
Não sabe	19	7	7	22	10	4	16	12	17

Maioria conhece empresa

Já ouviu falar da Vale do Rio Doce?
Resposta estimulada e única, em %



O que ela faz?
Entre os que ouviram falar da empresa
Respostas espontâneas e únicas, em %



Soube da privatização?

Resposta estimulada e única, em %



Silo de potássio, em Sergipe

Reeleição quase impediu privatização

VALDO CRUZ

Diretor-executivo da Sucursal de Brasília
FERNANDO RODRIGUES
da Sucursal de Brasília

A privatização da Companhia Vale do Rio Doce não constava do programa de governo elaborado para a campanha presidencial de Fernando Henrique Cardoso. E quase foi abandonada para garantir a aprovação da reeleição.

Segundo a Folha apurou, os responsáveis pela redação do livro "Mãos à Obra" —o programa de governo do então candidato FHC— chegaram a receber pressões para que a venda da Vale fosse incluída na lista de empresas privatizadas.

Na época, porém, o comando da campanha de FHC decidiu não discutir o assunto. O tema era considerado muito polêmico.

O próprio Fernando Henrique Cardoso externou, logo após sua eleição, a dúvida quanto ao destino da Vale.

Na primeira entrevista dada na condição de presidente eleito, em 6 de outubro de 1994, FHC afirmou que a venda da estatal poderia ficar para depois do seu governo.

"Em tese, sou favorável", chegou a dizer o presidente eleito. Logo em seguida, afirmou que não sabia qual o melhor momento para privatizar a Vale: "De repente, não dá para ser nem no meu governo".

A confirmação de que a Vale seria privatizada pelo governo Fernando Henrique veio, porém, ainda no primeiro ano de governo.

CARREGADORA DE PEDRAS - Depois de empossado, FHC passou a se inclinar pela venda da mineradora durante o seu mandato.

Nas conversas sobre o destino da empresa, o presidente costumava

afirmar que a atividade da empresa era relativamente simples: "A Vale é uma carregadora de pedras". Ele se referia à atividade básica da empresa: perfurar o solo, extrair minério e transportá-lo para algum lugar.

No dia 6 de março de 95, o CND (Conselho Nacional de Desestatização) deu o primeiro passo para incluir oficialmente a Companhia Vale do Rio Doce no programa de privatização.

Em reunião realizada naquela data, o conselho determinou que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) definisse em 60 dias as regras para contratação de empresas de consultoria para definir o modelo de privatização da estatal.

O segundo passo veio dois meses depois.



Pedro Malan e Antonio Kandir

No dia 17 de maio de 95, o CND aprovou a inclusão da Vale do Rio Doce no programa de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso.

No mês seguinte, no dia 1º de junho, FHC assinou decreto oficializando a decisão do CND de privatizar a mineradora.

Foi quando começaram a aumentar as reações dos opositores dessa operação.

PEDRAS NO CAMINHO - Apesar de ter definido que a Vale seria vendida, o governo nunca teve muita certeza sobre a melhor data pa-

ra fazer isso.

A certeza sobre a data ficava mais difícil de ser alcançada à medida que aumentavam as resistências à venda —tanto dentro como fora do governo.

Em 96, as pressões contra a venda da "carregadora de pedras" cresceram quando o governo contratou as empresas de consultoria para definir o modelo de privatização e o valor de venda.

As pressões vieram de dentro da própria Vale, de aliados políticos, como o senador José Sarney (PMDB-AP), governadores e até de ministros do próprio governo Fernando Henrique.

"VAMOS DEVAGAR" - A emenda da reeleição chegou a ser colocada na mesa como moeda de troca pela não-privatização da Vale.

No final de 96, o então presidente do Senado, José Sarney, deu entrevista dizendo que o governo aprovaria facilmente a reeleição caso desistisse de privatizar a empresa estatal.

Como se aproximava a votação do principal projeto tucano naquele momento —a reeleição—, o governo "balançou", segundo a Folha apurou junto a assessores do Palácio do Planalto.

No dia 10 de novembro de 96, os principais assessores do presidente se reuniram no Palácio do Planalto para tratar do tema.

Entre outros, participaram os ministros Sérgio Motta (Comunicações), Clóvis Carvalho (Casa Civil) e Eduardo Jorge Caldas Pereira (Secretaria Geral da Presidência).

O tom da reunião era a concessão. Diante das fortes pressões políticas, o governo deveria desacelerar o ritmo da privatização da Vale. A reeleição era prioritária.

"Vamos devagar com esse negócio", foi a frase-síntese daquele encontro.

A equipe econômica se manifestou contra o adiamento da venda da mineradora.

Os ministros Pedro Malan (Fazenda) e Antonio Kandir (Planejamento) alegavam que o governo precisava dar uma sinalização clara de que o déficit público seria combatido no ano seguinte, em 97. Afinal, o desempenho das contas

públicas naquele ano, 1996, foi sofrível.

O governo prometeu reduzir o déficit pela metade e não conseguiu atingir sua meta.

A venda da Vale significaria a entrada de mais recursos no caixa do governo, o que poderia reduzir o tamanho da dívida pública.

A reeleição acabou sendo aprovada na Câmara dos Deputados entre janeiro e fevereiro de 97, e o governo decidiu manter a privatização da Vale no primeiro semestre deste ano.

TRÊS BARREIRAS - A data do primeiro leilão, 29 de abril, acabou sendo marcada depois que o governo conseguiu derrubar três barreiras que ainda dificultavam a privatização da Vale: a destinação dos recursos da venda, o futuro das reservas ainda inexploradas da estatal e o preço mínimo de venda.

A destinação dos recursos da privatização da Vale, por sinal, transformou-se numa disputa dentro e fora do governo.

O ministro Pedro Malan (Fazenda) defendia que a totalidade dos recursos arrecadados deveria abater a dívida pública.

O seu colega Antonio Kandir admitia uma mescla —parte do dinheiro seria destinada para o abate da dívida pública e parte para investimentos.

Os governadores de Estado em que a Vale tem atuação aproveitaram e tentaram dar uma mordida nos recursos da privatização.

Até os tucanos Eduardo Azeredo (MG), Marcello Alencar (RJ) e Almir Gabriel (PA) ameaçaram lutar contra a venda da estatal caso seus Estados não recebessem uma parcela dos recursos obtidos durante a privatização.

SENADORES NO PLANALTO - A solução veio no final de fevereiro. No dia 26, um grupo de senadores liderados pelo baiano Antonio Carlos Magalhães (PFL) estiveram no Planalto para uma nova tentativa de adiar a venda da Vale.

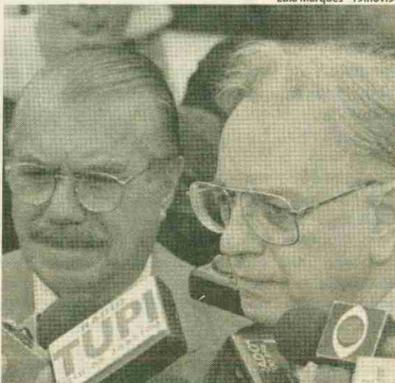
O temor era, novamente, a reeleição, que ainda tem de ser votada no Senado.

A desculpa usada para barrar a privatização era a dúvida sobre a

destinação dos recursos.

Na noite daquele dia, Kandir participou de um jantar com 15 senadores para tentar convencê-los de que a venda da Vale era necessária. E apresentou uma proposta a respeito do uso dos recursos.

No dia seguinte, 27 de fevereiro, Kandir e o presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, estariam no Senado para um depoimento sobre a venda da Vale do Rio Doce.



José Sarney e Itamar Franco

A proposta sobre o uso dos recursos da privatização acabou agradando aos senadores.

Metade dos recursos da venda seria destinada a um fundo de investimentos para empréstimos a juros baixos a empresas privadas.

Os financiamentos seriam destinados preferencialmente para obras nos Estados onde a Vale atua no momento.

A outra metade iria diretamente para o abatimento da dívida pública. A solução acabou, inclusive, com as disputas internas dentro do governo.

RESERVAS NÃO EXPLORADAS

Antes, no dia 5 de fevereiro, o governo já tinha conseguido derrubar uma outra barreira que poderia impedir a venda da estatal.

Os críticos afirmavam que o preço de venda da Vale ficaria subestimado porque não iria computar reservas ainda não exploradas e não pesquisadas pela estatal.

O governo chegou a acusar funcionários da própria Vale de passar informações para a imprensa sobre potenciais de reservas ainda não exploradas para tentar inviabilizar a privatização.

Um funcionário foi, inclusive, demitido em fevereiro sob acusação de vazamento de informações com a finalidade de tumultuar o processo.

A proposta do governo que acalmou o mercado previu uma parceria futura da Vale privatizada e do BNDES. O banco ajuda a financiar as pesquisas de reservas não exploradas e fica com 50% do que for descoberto.

PULVERIZAÇÃO

Em 96, o governo FHC também foi obrigado a enfrentar outra articulação de funcionários da Vale. A diretoria da empresa, com o apoio de políticos, defendia que o modelo de privatização deveria caminhar para a pulverização das ações.

Segundo ministros de FHC, a estratégia era diluir o futuro controle acionário da Vale para que a atual diretoria continuasse na presidência da empresa.

A proposta acabou sendo derrotada. O governo avaliava que perderia dinheiro com uma pulverização. Afinal, grandes grupos desistiriam de participar do leilão porque não teriam condições de controlar a administração.

PREÇO MÍNIMO - No dia 5 de março, foi fixado o preço mínimo de R\$ 10,36 bilhões. Segundo ministros envolvidos no processo, o governo teve a preocupação de definir um valor que permitisse a participação de pelo menos dois consórcios na disputa.

Quando a CSN garantiu que formaria um consórcio para disputar com o já anunciado pela Votorantim, FHC foi avisado por ministros de que o processo de venda da Vale poderia seguir até o fim.

Argumentos contra

Por que não privatizar

Para os críticos da desestatização, a Vale é lucrativa, estratégica para o desenvolvimento econômico-social do país e fundamental para garantir à União o controle do subsolo; acham que foi subavaliada e criticam regras do leilão

1 Estado deve incentivar o desenvolvimento

A Vale teria papel fundamental no desenvolvimento não só de setores da indústria nacional, como de importante parcela da infra-estrutura ferroviária e portuária. Os críticos da privatização ressaltam, ainda, os investimentos em saúde, educação, saneamento básico e habitação, que a empresa faz nas 237 cidades onde atua. Essas são funções que deveriam ser desempenhadas pelo Estado direta ou indiretamente, por meio das empresas que comanda. É, ainda, dever do Estado manter o controle do subsolo do país por questões econômico-financeiras e estratégicas.

Vale atua em
237

municípios do país

2 Venda seria imposição do FMI e do Bird

A privatização irrestrita, desconsiderando que vender estatais —sobretudo as rentáveis— significaria queimar o patrimônio do povo, só encontra explicação no relatório do FMI e do Banco Mundial, dizem os críticos da privatização. A consequência será, dizem, o enfraquecimento da soberania nacional. Pior. O governo diz que abaterá dívida com o dinheiro da venda da estatal, mas avalia a empresa em R\$ 10,3 bilhões. Isso equivaleria a um mês de rolagem da dívida pública —o que seria o mesmo que queimar uma Vale por mês.

Números gerais do governo

A dívida pública (interna e externa) está em
R\$ 276,2 bilhões

Só o governo federal deve
R\$ 132,1 bilhões

O governo pagou
R\$ 1,65 milhão de juros, em fevereiro

O governo gastou
R\$ 20,5 bilhões a mais do que recebeu (déficit) em 1996

A União receberá cerca de
R\$ 3 bilhões com a venda do controle acionário da Vale

Fonte: Banco Central e Tesouro Nacional

3 Estatal não dá prejuízo

A empresa lucrrou US\$ 632 milhões em 96. Desde 91, não recebe dinheiro do Tesouro. Portanto, não contribui para o aumento do déficit público. Além disso, tem poucas dívidas.

4 Empresa é agência de desenvolvimento

Mais do que uma empresa, a Vale seria uma agência de desenvolvimento vital para um projeto de retomada do crescimento do país. E não se poderia abrir mão do elo que teria permitido o desenvolvimento da indústria nacional.

5 Vale ganha importância com a globalização

Na visão dos críticos, a Vale é um dos poucos sistemas globais capazes de estabelecer parcerias e atrair investimentos. É a principal multinacional brasileira.

Divisão do investimento social



Foram destinados
R\$ 26

milhões para projetos de desenvolvimento de municípios onde a Vale atua, em 96

7 Investimentos sociais podem ser extintos

Os projetos da companhia alavancam linhas de financiamento em todo o mundo, dizem os críticos da privatização. É também a mais bem sucedida agência de desenvolvimento do país. A empresa aplica até 8% de seu lucro líquido nos locais onde atua. O dinheiro é colocado na Reserva para o Desenvolvimento das Regiões sob Influência da Vale. Nos últimos 16 anos, o fundo aplicou US\$ 169 milhões (foram R\$ 26 milhões em 96) em 237 cidades de Minas Gerais, Espírito Santo, Pará, Maranhão, Bahia e Sergipe. Segundo o BNDES, quem comprar a Vale só terá de honrar os projetos já aprovados. Haverá um fundo para continuar as benfeitorias.

8 País perderia controle sobre produção de ferro

A Vale seria o principal instrumento de regulação da exploração de recursos não renováveis do país. Recebeu da União, em concessão por tempo indeterminado, o direito de lavra de todas as descobertas minerais do Projeto Radares da Amazônia (Radam), associando seu futuro ao da região. Os recursos minerais só continuarão pertencendo ao Brasil enquanto dormirem no subsolo, pois as concessões minerais no país são para sempre, dizem os críticos. Mas os principais pontos relaciona-

dos à visão de que a empresa é estratégica para o país residem:

- 1) no fato de a Vale ser a maior produtora mundial de minério de ferro, o que dá ao controlador da empresa a capacidade de controlar o mercado. O maior interesse no planejamento a médio e longo prazos da extração e comercialização do minério é do país; jamais de um grupo privado.
- 2) no conhecimento do subsolo acumulado pelos muitos anos de pesquisa levadas a campo pela empresa. Vender esse tipo de informação é como entregar o ouro ao bandido.

9 Estatal poderá investir mais a partir de 98

A empresa tem lucratividade crescente e endividamento cadente. Projeções da própria empresa mostram que, a partir de 98, quando os juros da dívida decorrente da implantação de Carajás cairão para US\$ 72 milhões/ano, a estatal terá plenas condições de investir e de competir na economia globalizada. Para fortalecer o argumento, pontua-se que, em 95, a empresa teve lucro de US\$ 338 milhões, quando o custo da dívida de Carajás foi de US\$ 555 milhões. Diz-se, ainda que a Vale atrai, com facilidade, parcerias privadas no Brasil e no mundo pa-

ra seus múltiplos projetos.

Do início da década de 70 para cá, a receita do sistema Vale teve crescimento médio anual de 13,6%; pulou de US\$ 198 milhões/ano para US\$ 5,5 bilhões/ano no período.

Evolução do lucro líquido*



* em milhões de reais

10 Mercado dirigi preço mínimo

A avaliação tem sido um dos pontos mais questionados. O valor estimado da jazida de ouro de Serra Leste (PA), por exemplo, passou de R\$ 10 milhões para R\$ 240 milhões, ante o protesto de geólogos que consideraram o valor inicial subavaliado em muito.

Outro protesto —do almirante Henrique Sabóia— provocou uma diferença de R\$ 20 milhões no preço da Docenave, a empresa de navegação do grupo. Ou seja, não teria havido o rigor necessário. Prevaleceu, segundo os críticos do processo, a lógica dos compradores. Com isso, a Vale acaba custando o que os potenciais compradores concordam em pagar.

Outro questionamento ao preço fixado para a estatal é que o BN-

DES insiste em tratar a Vale como simples produtora de minério de ferro —um recurso de baixo preço no mercado internacional e de futuro duvidoso, em um mundo onde só se fala em novos materiais. O governo não daria importância para o fato de que a Vale é um sistema de logística, que vem diversificando suas fontes de receita.

Há ainda o argumento de que os direitos minerais da Vale entraram na avaliação da empresa com preço zero. Só que, sem os direitos, ou não se faz negócio ou o preço da empresa cai. Para se ter uma idéia do que significam os direitos: mantido o atual ritmo de exploração, as reservas de minério de ferro da Vale duram mais 400 anos. As decisões sobre a exploração das jazidas passam para a iniciativa privada, que terá direitos perpétuos de lavra.

11 Vale pode ser desmembrada

Para o governo, evitar o desmembramento só é importante na hora da venda, depois passa a prevalecer a lógica privada, dizem os críticos. Isso quer dizer que os novos controladores poderão retalhar um patrimônio considerado eficiente. Para os críticos da privatização da Vale, os compradores vão desmanchar a empresa, que tem atividades que se complementam, como mineração e transportes.

Ao todo

54

empresas formam o sistema Vale

12 Subsolo pode ser desnationalizado

Optando por vender as ações da União em bloco, e não pulverizadas, o governo agiu para evitar que os fundos de pensão controlassem a Vale. Os fundos têm dinheiro e já detêm 15% das ações ordinárias da empresa, mas não terão fôlego para arrematar as ações em bloco no leilão. Isso será coisa para grupos estrangeiros. Dessa forma, desnacionaliza-se também o subsolo.

Argumento complementar é que, se a privatização tiver sucesso,

os minérios brasileiros voltarão às mãos do espólio do finado império Britânico por intermédio de transnacionais de mineração, como a Anglo-American.

O forte destas empresas não é o minério de ferro, mas ouro e não-ferrosos, produtos que dentro de uma década serão provavelmente mais importantes que o ferro para a receita e o lucro da Vale.

Diz-se, ainda, que, vendendo a Vale em bloco, o governo estará entregando de presente o pensamento e os cientistas da Vale, que por 50 anos estudaram o subsolo.

Lesão irreparável

ITAMAR FRANCO

“Não existe, em minha opinião, como cidadão, ou como homem público, argumento que justifique a venda da Companhia Vale do Rio Doce.”

Em primeiro lugar, porque a Vale não é apenas uma empresa. É fator fundamental para a preservação, em mãos brasileiras, de um mínimo de poder de barganha para que possamos sentar, no início do próximo século, à mesa dos grandes países no momento de se estabelecer uma nova “ordem mundial”.

A Vale, além de dominar o ciclo da produção, tem posição estratégica no mundo em relação à comercialização de seus acervos. Nessa condição, vem contribuindo para evitar o agravamento do déficit da balança comercial e ninguém garante que o setor privado seguirá a mesma lógica.

Privatizada a Vale, vigorará a Lei das Vantagens Comparativas, ou seja, tudo aquilo que puder ser transferido para o exterior em condições mais vantajosas será imediatamente desativado no Brasil. O interesse da Nação cederá passo à busca do lucro empresarial.

A Vale não dá e nunca deu prejuízo. Ao longo do tempo, a Vale tem produzido significativos rendimentos para a União, compensando, no campo econômico, a decisão estratégica que presidiu a sua fundação, de se dotar o país de um instrumento fundamental para o levantamento e o aproveitamento de nossos recursos minerais.

Se não teve lucratividade maior é porque o seu estatuto prevê o reinvestimento de até 40% do lucro líquido para a expansão de suas atividades.

Essa causa, que será revogada para assegurar aos novos proprietários a maximização dos lucros, foi responsável pelo histórico desempenho da companhia, pela manutenção de seu papel de importante agente do desenvolvimento nacional nas áreas em que atua e pela garantia de preços e de condições mais favoráveis para a venda de nossos produtos no mercado externo.

Argumentam, também, os que defendem a privatização, que faltam recursos estatais para capitalizar a empresa.

A Vale, com a força que lhe confere a posição de maior exportadora mundial de minério de ferro e de uma das maiores companhias de mineração do mundo, atuando em setores

que vão do transporte à celulose, mostrou-se capaz de captar, nos mercados interno e externo, os recursos necessários à sua expansão.

E para isso, fez inúmeras parcerias, nunca faltando quem estivesse disposto a ela se associar para participar do desenvolvimento e exploração das províncias minerais descobertas por técnicos brasileiros a serviço da Docegeo.

Finalmente, é preciso rebater uma colocação que se tornou comum quando se trata de privatizações: o erário precisa usar os recursos da venda para abater a dívida pública e ter condições de voltar a exercer suas atribuições.

Ora, o produto total da venda da estatal não paga o serviço da dívida pública nem sequer por dois meses, e os recursos pelos quais será transferido o controle, da ordem de US\$ 3 bilhões, são praticamente equivalentes ao que se gastou, em dinheiro vivo, no processo de liquidação de um único dos bancos beneficiados pelo Proer, o Bamerindus.

Ou seja, o controle da Vale e o futuro do Brasil na área mineral e no mercado mundial de matérias-primas como o ouro, o urânio, a celulose, o manganês, o minério de ferro, sem contar centenas de milhares de hectares de florestas, além de ferrovias, portos e navios, estão sendo vendidos por cerca de 10% do que custou o Proer até agora. Isso não é economia. É um insulto à inteligência da Nação.

A Vale é uma usina de tecnologia e conhecimento. Ela tem o “mapa da mina” das riquezas minerais do país. É uma empresa respeitada, com peso para enfrentar, frente a frente, qualquer outra empresa no mercado mundial.

Se a Vale foi e continua sendo uma agência vital de desenvolvimento, se teve e continua tendo papel relevante na produção científica e intelectual, se é um dos poucos instrumentos de que dispomos para influir nos mercados globalizados em defesa dos interesses nacionais, se vem sendo eficiente e lucrativa, resta a indagação: que insondáveis motivos justificam sua venda?

Essa é uma pergunta que a história não deixará de responder. Se Deus quiser, ainda na nossa geração. A venda da Vale não é só um erro. É uma lesão irreparável ao Brasil.

Itamar Franco, 65, foi presidente da República de dezembro de 92 a dezembro de 94

Frases



“Ser contra a privatização da Vale do Rio Doce não é ser contra as privatizações. A Vale é uma

agência de desenvolvimento que funciona e dá lucro.”

José Sarney, senador (PMDB-AP) e ex-presidente da República



“Os empresários deveriam refletir. Perderão a Vale para concorrentes de fora, como a

Anglo American. Depois será a vez de Furnas e depois, nos planos do FMI-Banco Mundial, será a da Petrobrás, que ainda permanece como instrumento do governo para garantir o abastecimento de petróleo.”

Luiz Pinguelli Rosa, físico, professor titular e diretor da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da URFJ e presidente da Associação Latino-Americana de Planejamento Energético

“Privatizar a Vale assim como

querem, no seu todo, é privatizar o subsolo brasileiro.”

Pedro Simon, senador (PMDB-RS)

“O argumento de que o Estado

deve se afastar a qualquer custo da atividade econômica pode servir apenas para cá, mas, pelo jeito, não serve para outros países...” (citando o caso das estatais francesa e espanhola que compraram a estatal de telecomunicações argentina)

José Eduardo Dutra, senador (PT-SE), autor de projeto de lei que permitiria ao Congresso evitar a privatização de qualquer estatal por meio de decreto legislativo



“Creio, de minha parte, que merece especial consideração o potencial

estratégico que a Vale representa para a soberania e o desenvolvimento nacional. Esse é o argumento que mais me motiva para que a Vale não seja privatizada.”

D. Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo de Mariana (MG) e ex-presidente da CNBB

“Para alguns ‘neo-iluminados’, a privatização é um dogma, e qualquer ataque ao programa de privatização tem motivações corporativas e de defesa de privilégios.”

Vicente Paulo da Silva, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)



“A campanha patriótica que se articulou contra a venda da estatal nada tem, nem

poderia ter, de político ou partidário. É, antes de mais nada, uma causa da nacionalidade. A Companhia Vale do Rio Doce detém o know-how de um dos maiores patrimônios mineralógicos do planeta, qual seja, o subsolo brasileiro.”

Ernando Uchoa Lima, advogado, presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)

Marco modernizante

ANTONIO KANDIR

A privatização da Companhia Vale do Rio Doce é um marco importante no processo de modernização do Estado e da economia no Brasil.

Existem ainda, no entanto, pessoas que se perguntam se é necessário privatizar a Vale do Rio Doce. A essas pessoas quero dizer que estamos seguros da necessidade da privatização, por três razões básicas.

A primeira delas é a falta de recursos da União para investir na empresa. Como qualquer grande empresa que deseja aproveitar oportunidades e melhorar sua posição nos mercados em que atua, a Vale precisa de novos aportes de capital de seus acionistas.

Ocorre que a União, acionista majoritária, não tem mais como fazer esses aportes. Não é mais prioridade do governo federal aplicar recursos escassos em atividades empresariais, visto que o capital privado dispõe de melhores condições financeiras e gerenciais para exercê-las.

Do ponto de vista do investimento, as prioridades do governo brasileiro hoje são prioridades de natureza social — educação, saúde, saneamento etc.

A segunda razão para privatizar é a necessidade de a companhia ter maior liberdade empresarial.

Como empresa estatal, a Vale não só está limitada em sua capacidade de investir, mas também tolhida em sua mobilidade empresarial, por estar sujeita a toda uma legislação complexa e restritiva.

Como empresa privada, a Vale ganhará ampla liberdade empresarial e estará assim em melhores condições para ser eficaz, lucrativa e enfrentar a competição nos mercados em que atua.

A terceira razão para vender a Vale é o fato de a companhia oferecer baixo retorno financeiro. O valor da participação da União no capital da Vale está hoje em torno de R\$ 5 bilhões. Se esses recursos estivessem, por exemplo, em caderneta de poupança, com um rendimento anual de 6%, a remuneração do capital investido seria da ordem de R\$ 300 milhões.

A União, no entanto, recebe muito menos em dividendos da Vale (em 1995, R\$ 130 milhões). É um retorno financeiro realmente muito baixo. Principalmente se levamos

em conta que o governo paga juros de cerca de 15% ao ano sobre sua dívida.

Ou seja, o governo tem um ativo de cerca de R\$ 5 bilhões que lhe rende dividendos de R\$ 130 milhões/ano e carrega uma dívida que lhe custa, sobre os mesmos R\$ 5 bilhões, R\$ 750 milhões/ano.

Com a receita apurada na privatização da companhia vamos poder reduzir a dívida líquida do setor público, que é a variável-chave para o ajuste fiscal. De duas maneiras: metade da receita será apropriada pelo Tesouro para resgate de títulos em poder do mercado; a outra metade será utilizada para financiar, por meio do BNDES, projetos do setor privado que sejam importantes para tornar mais competitiva nossa economia.

O resultado, em ambos os casos, é a redução da dívida líquida (visto que os empréstimos aumentarão os créditos do setor público contra o setor privado).

Acresce que, nessa operação, estaremos sepultando parte do "esqueleto" do FCVS (o BNDES, em troca de ações da Vale do Rio Doce, está assumindo parte desse passivo; como ele só começa a vencer daqui a alguns anos, o banco poderá financiar projetos do setor privado com a receita apurada com a venda das ações da Vale).

Há, portanto, razões de sobre para a privatização da Vale do Rio Doce. Acresce ter o governo cercado o processo de todas as cautelas e garantias, para que a venda da companhia atenda aos interesses do país.

Dentre elas, por falta de espaço, destaco apenas uma: o contrato de risco firmado entre a Vale do Rio Doce e o BNDES, que assegura a parte da União no lucro da exploração futura de recursos minerais ainda não perfeitamente dimensionados.

Não se tem assim por que temer a privatização da Vale. Ela continuará a ser uma empresa brasileira. Só que, a partir de agora, mais eficiente.

Além disso, a privatização nos permitirá avançar no ajustamento das contas públicas e no processo de modernização da estrutura produtiva, os dois grandes desafios para consolidar a estabilidade econômica e assegurar a retomada do desenvolvimento.

Antonio Kandir, 43, é ministro do Planejamento e Orçamento

Argumentos pró

Por que privatizar

Para os defensores da venda, a Vale não tem importância estratégica, o Estado deve deixar a função de empresário e a própria empresa, livre da burocracia, poderá produzir mais, pagar mais impostos e gerar mais empregos

1 O Estado-empresário deve acabar

A venda da Vale seria uma etapa importante na caminhada para que o Estado, libertando-se dos encargos empresariais, possa dedicar integralmente seus esforços e seus recursos às atividades que são sua responsabilidade básica: saúde, educação básica, justiça, segurança. O Estado atua dessa forma no mundo inteiro, afirmam os defensores da privatização.

A agenda que deve ser apresentada ao país, nessa virada de século, prioriza a intervenção estatal para assegurar a estabilidade da moeda, além das áreas sociais.

2 País continuará ganhando com as reservas da Vale

As reservas minerais continuarão mandando dinheiro para os cofres da União, argumenta o governo. As reservas, cuja capacidade de produção já foi medida, entraram no preço mínimo da estatal. Para as reservas que ainda não foram exploradas em Carajás, a União fez um contrato de risco com a Vale: fiança pesquisa e recebe, em troca, 50% do ouro.

Haverá, ainda, debêntures (espécie de nota promissória) para garantir à União um prêmio sobre as receitas futuras da empresa.

6 Desenvolvimento deixou de ser tarefa para a estatal

O que a Vale deveria fazer pelo desenvolvimento nacional ela já fez nos seus 55 anos de existência. Foi um dinamizador para a economia e ajudou a desenvolver o cerrado. O governo reforça que, na virada do século, o desenvolvimento se fará por outros instrumentos que não o investimento do Estado na produção. Desenvolvimento é, agora, muito mais um problema de renda, saúde e educação.

A Vale contribuiu com

R\$ 2,0

bilhões para o Produto Interno Bruto em 1996

3 A Vale precisa ser libertada das amarras da burocracia

Privatizada, a empresa poderá ser ainda mais lucrativa. Em 96, o lucro líquido foi de R\$ 632 milhões. Por ser estatal, a Vale sofreria entraves administrativos e financeiros que reduziam seu potencial empresarial.

A Vale atua em um mercado extremamente competitivo, no qual suas concorrentes são grandes empresas privadas, ágeis e fortemente capitalizadas. Privatizada, a Vale poderia captar mais recursos e alcançar novos patamares de produção. Será mais competitiva, dizem os defensores da privatização, podendo gerar mais renda, impostos e empregos.

Receita global*



4 Economia globalizada exige empresas ágeis

A atual vinculação da estatal ao Tesouro não seria compatível com a globalização da economia, que exige estruturas ágeis e desburocratizadas. A Vale precisa estar livre das regras que causam demoras das licitações e dificuldades para modernizar seu equipamento, dizem os defensores da privatização, pontuando este como um dos principais motivos que reduz sua competitividade.

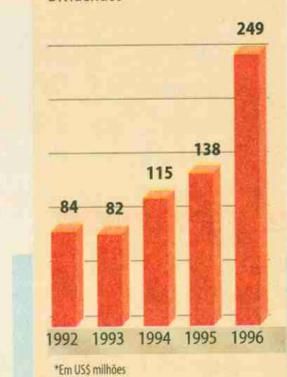
Comparativo de rentabilidade

Retorno sobre ativos (%)



Remuneração do acionista

Dividendos*



Foi de 50,1%

a remuneração do acionista sobre o lucro líquido da empresa em 1996

A Vale recebeu

US\$ 594,1

milhões (em valores históricos) em investimento da União, desde sua criação em 1942

7 Projetos sociais vão continuar

Os defensores da privatização dizem que seria melhor a empresa pagar impostos como as privadas do que aplicar 8% do lucro líquido em projetos sociais, como faz hoje.

Em Minas, por exemplo, a estatal teria investido apenas R\$ 8 milhões de seu fundo social em 95, enquanto algumas empresas chegam a recolher R\$ 400 milhões por ano em ICMS. Mesmo assim, 50% do dinheiro da privatização constituirá um fundo para financiar projetos de infra-estrutura.

Foram aplicados

R\$ 169

milhões do fundo de desenvolvimento da Vale em projetos de infra-estrutura nos últimos 16 anos

Do lucro líquido

8%

são investidos em projetos de infra-estrutura social e econômica nas áreas onde a Vale atua

8 Minério não é estratégico

Todos os recursos minerais existentes no subsolo continuarão pertencendo ao Brasil. E o fato de controlar minerais estratégicos não tornaria a empresa estratégica. Argumenta-se que na era pós-industrial o valor estratégico não está nas "commodities", como ferro, alumínio e ouro.

Está na escolaridade da força de trabalho, que tem de ser ampliada, e no aumento da capacidade de poupança do país.

A Vale nunca foi instrumento da política mineral do governo. Todas as decisões da Vale, até hoje, teriam obedecido exclusivamente ao objetivo de tirar minério do solo. Além disso, os recursos minerais que ainda não estão sendo explorados vão representar receita para o Brasil assim como hoje.

9 Financeiramente, a Vale seria um mau negócio para o governo

Entre 88 e 95, a Vale gerou dividendos de 2% sobre o capital investido, menos do que rende por ano a poupança e do que o Tesouro paga de juros pela dívida pública. De cada R\$ 100 aplicados na Vale, o governo reembolsa R\$ 1 ou R\$ 2.

10 Valor das ações balizou o preço

Uma empresa é valorizada pelo mercado, dizem os defensores da privatização. O Conselho Nacional de Desestatização fixou o preço mínimo da Vale em R\$ 10,3 bilhões com base no valor das ações no mercado. A decisão foi escorada em avaliações apresentadas por dois grupos de empresas.

11 Ação especial impede desmembramento imediato

O que será vendido é o sistema Vale do Rio Doce. No futuro, os novos controladores poderão alterar a composição dos negócios da companhia, atuando conforme sua lógica empresarial. Assim, podem se desfazer de alguns negócios ou adquirir

outros. Para evitar que os compradores desfigurem o sistema Vale, o governo federal criou a "golden share".

É uma ação especial que permite ao governo evitar a venda qualquer unidade, em defesa do interesse do país. Mas o mecanismo não vale para sempre. Depois de cinco anos a "golden share" perde a eficácia.

Como se divide a receita da Vale*

Em %



12 Venda pulverizada reduziria preço

A pulverização das ações reduziria o valor recebido pela União e beneficiaria os acionistas que já detêm, hoje, 24% das ações da empresa com direito a voto. A venda de um bloco de ações, que garante a transferência do

controle acionário, ao contrário, representa um valor maior do que a mera soma do preço de cada ação, pois está em jogo o comando da empresa. O governo não comenta o argumento de que essa opção praticamente empurra a Vale para grupos internacionais, ainda que coligados a brasileiros.

Frases



"...eu não era favorável à privatização da Vale até que eu fui vendo argumento por argumento e me convenci. O que faz a Vale estrategicamente? Eu acho que quase nada, porque ela pega pedra lá, por exemplo, em Carajás, põe num vagão, leva para o porto e manda para fora. É isso que é a exploração do minério de ferro. Não tem nenhuma tecnologia importante. Então, isso aí ao redor da Vale do Rio Doce é político. Eu não vi um argumento que fosse técnico, para o bem do Brasil."

Fernando Henrique Cardoso, presidente



"A Vale é, praticamente, a última estatal industrial a ser privatizada. Já foram realizadas 52 outras privatizações."

Luiz Carlos Mendonça de Barros, presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

"Financeiramente, a Vale é um mau negócio para o Tesouro. Estrategicamente, o controle do Tesouro é um mal negócio para a Vale. Socialmente, é melhor que os escassos recursos do Estado tenham destinação mais prioritária."

Maisson da Nóbrega, economista, ex-ministro da Fazenda (governo José Sarney)

"É bom lembrar que, por ser privatizada, a Vale não irá desaparecer nem sair do lugar. Ao contrário: sem aqueles entraves, poderá captar mais recursos para investir e poderá alcançar novos patamares de produção. Será mais competitiva. E, assim, irá gerar mais renda, mais impostos e mais empregos."

José Pio Borges, economista e engenheiro, é vice-presidente e diretor da Área de Desestatização do BNDES



"...não existem estatais 'rentáveis' para o Tesouro. São rentáveis apenas para os funcionários. A Vale tem mais aparência com um instituto assistencial que criou uma aristocracia burocrática do que com um complexo industrial a serviço dos acionistas."

Roberto Campos, deputado federal (PPB-RJ), economista e diplomata



"A Vale teve papel decisivo no desenvolvimento da economia brasileira e do cerrado, mas esse papel foi cumprido. Hoje a empresa é instrumento de intervenção política e nada mais."

Delfim Netto, deputado federal (PPB-SP) e ex-ministro da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura

Para onde vai o dinheiro

Recursos abatem dívida e financiam empresas privadas

Governo usará metade do lucro da privatização em empréstimos ao setor privado, principalmente em projetos de infra-estrutura

VIVALDO DE SOUSA
da Sucursal de Brasília

O governo vai usar o dinheiro da venda da Companhia Vale do Rio Doce em duas atividades: metade para financiar o setor produtivo privado e o restante para abater parte da dívida pública federal. A previsão do governo é obter cerca de R\$ 5 bilhões com a privatização da empresa. A metade, ou R\$ 2,5 bilhões, equivale a 1,34% da dívida em títulos do governo federal que, em março, era de R\$ 187,1 bilhões. O governo deve ter uma economia de R\$ 500 milhões em 12 meses com a redução do valor da dívida, caso a taxa paga para remunera-

rar os títulos fique em 20% ao ano. Neste ano, a União recebeu R\$ 131,8 milhões em dividendos, referentes ao lucro de R\$ 632 milhões registrado pela Vale em 96.

Fundo

Na primeira etapa de venda da empresa, o governo federal espera obter pelo menos R\$ 3 bilhões. Metade desses recursos será usada para criar o FRE (Fundo de Reestruturação Econômica).

O vice-presidente do BNDES, José Pio Borges, disse que o banco deve começar a liberar os primeiros empréstimos em maio.

Os empréstimos serão feitos pelo BNDES por meio do FRE, afirmou Pio Borges. Os recursos serão destinados apenas a empresas privadas do setor produtivo, em especial na área de infra-estrutura.

A previsão do governo é que o FRE tenha recursos totais entre R\$ 2,5 bilhões e R\$ 3 bilhões após o processo final de venda da Vale, disse Amaury Bier, chefe da Consultoria Econômica do Ministério do Planejamento.

O prazo médio de pagamento dos financiamentos deve ser superior a dez anos, e seu custo será compatível com taxas praticadas do exterior.

Telecomunicações e energia elé-

trica são dois dos setores que deverão ganhar linhas de crédito com recursos do FRE após serem privatizados. Haverá ainda recursos para o setor ferroviário e para a modernização do parque industrial.

As empresas dos Estados onde a CVRD tem um papel importante também terão preferência na concessão desses empréstimos, disse Pio Borges.

O BNDES pretende ainda destinar recursos do FRE para financiar obras do setor privado nas áreas de saneamento e transportes. Nesses dois setores, disse Pio Borges, as obras trazem melhoria na vida de vida da população.

O risco dos empréstimos será do BNDES. Por isso, o prazo de pagamento e o custo serão negociados individualmente.

Economia será de

R\$ 500 mi

ao ano com o abatimento da dívida em títulos, afirma o governo

Tudo pelo social



Trabalho de restauração da Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso, em Caeté, financiada pela Vale

Empresa financiou criação de hospitais e fábrica de cachaça

Vale destinou R\$ 343 mi a projetos sociais nas cidades onde atua

PAULO PEIXOTO
da Agência Folha,
em Belo Horizonte

Nos seus 55 anos de existência, a Vale do Rio Doce financiou projetos nos municípios em que atua que vão da construção de hospitais e uma fábrica de cachaça à restauração de igrejas.

Os recursos para essas atividades vinham da RDRI (Reserva para o Desenvolvimento das Regiões de Influência), um fundo constituído por até 8% do lucro líquido da estatal para ser aplicado em vários projetos econômicos e sociais nos municípios de influência da Vale.

É também uma forma de a Vale compensar os municípios pela degradação ambiental em função da exploração mineral.

Novo fundo

A RDRI será extinta com a privatização e substituída por um fundo administrado pelo BNDES. O fundo será constituído por recursos do banco (R\$ 115 milhões) e pela transferência de R\$ 85,9 milhões da Vale.

Desde sua fundação, em 1942, até 1995, a estatal investiu nos municípios cerca de US\$ 343 mi-

lhões, sendo que Minas Gerais e Espírito Santo ficaram com cerca de 95% desse total.

Os recursos destinados a Mariana (MG) provocaram frases desleigadas do presidente Fernando Henrique Cardoso e do ministro Sérgio Motta (Comunicações) em relação a dom Luciano Mendes de Almeida, ex-presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e arcebispo da cidade.

"Dinheirinho"

"D. Luciano pode ficar tranquilo, porque o dinheirinho que ele recebe, vai continuar recebendo", disse FHC no final de 1996, em entrevista à Rede Católica de Rádio.

No dia 2 de abril, Motta foi na mesma linha: "Precisa manter a Vale por quê? Para a CNBB e o d. Luciano receberem a sua grã-nha?" A origem dos comentários foi a posição contrária à privatização da CNBB.

Em Catas Altas (a 114 km de Belo Horizonte) os recursos da Vale ajudaram na construção de uma fábrica de aguardente e de farinha de mandioca, por sugestão da Associação Comunitária do Bem-Estar da cidade.

A Vale utilizou recursos do fundo para restaurar e recuperar igrejas e monumentos históricos do século 18 em Minas Gerais. De 1980 a 1995 foram investidos cerca de US\$ 3 milhões.

Aleijadinho

Uma das mais importantes obras do barroco mineiro recuperadas pela estatal foi a igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, que data de 1766.

A igreja reúne algumas das mais importantes obras do escultor Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Em 95, a Vale destinou R\$ 225 mil à recuperação da igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Catas Altas.

Na mesma cidade, restaurou a ala de retiro do Santuário do Caraça, antigo colégio seminarista localizada em um parque.

Outras igrejas foram ou estão sendo restauradas, como a Nossa Senhora do Bom Sucesso (1724), em Caeté.

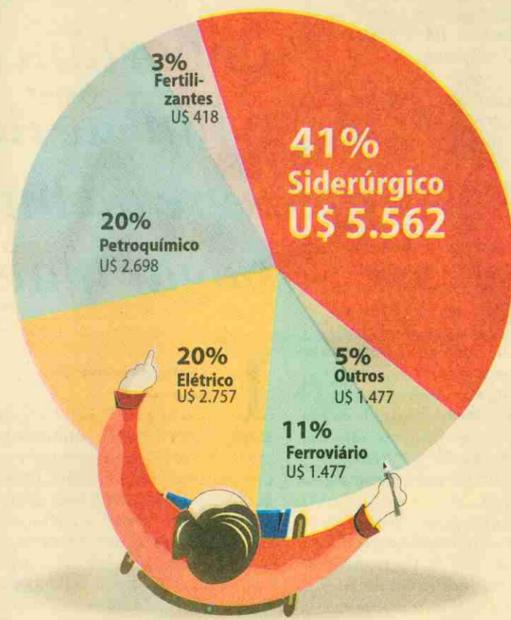
Na cidade estão obras atribuídas à fase jovem de Aleijadinho, quando o escultor não havia ganhado fama, segundo Arien Martins Souza, 20, da equipe de restauradores que trabalha na igreja em Caeté.

Fábio Marra / Editora de Arte / Folha Imagem

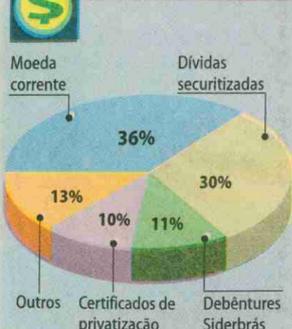
Resumo das privatizações, por setor

Em US\$ milhões

Total
US\$ 13.691



Moedas utilizadas



Perfil dos compradores



Resultado das privatizações

Total, em US\$ milhões

1	Usiminas (siderúrgico)	1.941,2
2	Celma (ind. de aviação)	91,1
3	Mafersa (mat. ferroviário)	48,8
4	Cosinor (siderúrgico)	15,0
5	SNBP (navegação)	12,0
6	Indag (fertilizantes)	6,8
7	Piratini (siderúrgico)	106,6
8	Petrolex (petroquímico)	234,1
9	Copesul (petroquímico)	861,5
10	Alcalis (petroquímico)	81,4
11	CST (siderúrgico)	353,6
12	Nitriflex (petroquímico)	26,2
13	Fosfertil (fertilizantes)	182,0
14	Polisul (petroquímico)	56,8
15	PPH (petroquímico)	59,4
Subtotal		4.076,5
16	Goiasfertil (fertilizantes)	13,1
17	Acesita (siderúrgico)	465,4
18	CBE (petroquímico)	10,9
19	Poliolefinas (petroquímico)	87,1
20	CSN (siderúrgico)	1.495,3
21	Ultrafertil (fertilizantes)	205,6
22	Cosipa (siderúrgico)	585,7
23	Açominas (siderúrgico)	598,5
24	Oxiteno (petroquímico)	53,9
25	PQU (petroquímico)	287,5
26	Arafertil (fertilizantes)	10,8
27	Caraíba (mineração)	5,8
28	Acrinor (petroquímico)	12,1
29	Coperbo (petroquímico)	25,9
30	Polialden (petroquímico)	16,7
31	Ciquine (petroquímico)	23,7
32	Politeno (petroquímico)	44,9
33	Embraer (aviação)	192,2
34	Escelsa (elétrico)	399,9
35	Copene (petroquímico)	270,4
36	CPC (petroquímico)	99,6
37	Salgema (petroquímico)	139,2
38	CQR (petroquímico)	1,7
39	Nitrocarbono (petroquímico)	29,6
40	Pronor (petroquímico)	63,5
41	CBP (petroquímico)	0,04
42	Polipropileno (petroquímico)	81,2
43	Koppol (petroquímico)	3,1
44	RFFSA/Malha Oeste (ferrovia)	63,4
45	RFFSA/Malha C.-Leste (fer.)	316,1
46	RFFSA/Malha Sudeste (fer.)	870,6
47	RFFSA/Tereza Cristina (fer.)	17,9
48	RFFSA/Malha Sul (fer.)	208,5
49	Light Sesa (elétrico)	2.356,9
50	Deten (petroquímico)	12,1
51	Polibrasil (petroquímico)	99,4
52	EDN (petroquímico)	16,6
Subtotal		5.049,8

Participações minoritárias (governos Itamar e FHC): 429,2

Fonte: BNDES

Governo inicia venda do "filé" das estatais



governo Collor
(15 de março de 1990 a 30 de setembro de 1992)

GUSTAVO PATÚ
Coordenador de Economia da Sucursal de Brasília

A privatização da Vale marca o início de uma nova fase do Programa Nacional de Desestatização: a venda das empresas consideradas "filé mignon".

Ou seja: empresas lucrativas, de grande valor ou que exploram as fatias de mercado mais atraentes para a iniciativa privada.

Depois da Vale, o governo inicia a abertura do mercado de telefonia celular (são esperados R\$ 6 bilhões), que deve puxar a privatização de todo o setor de telecomunicações. Isso significa que as próximas privatizações importantes devem ser acompanhadas de ingresso de capital externo, o que é conveniente para o atual estágio do Plano Real.

Também quer dizer que o PND se tornará mais polêmico. No caso da Vale, o governo foi atacado por estar vendendo uma empresa que lucrara R\$ 632 milhões em 96. No mesmo período, a Telebrás lucrara R\$ 3,2 bilhões.

Pelo que tem sido dito até agora, a venda do sistema Telebrás seguirá algumas das regras já utilizadas com a Vale: compras exclusivamente em dinheiro vivo e ação especial que permitirá ao governo continuar interferindo nos rumos das empresas.

O governo Fernando Henrique Cardoso não privatizará, até 98, outras duas megaestatais — a Petrobrás e o Banco do Brasil. Na equipe econômica, porém, avalia-se que apenas conveniências políticas mantêm as duas empresas sob o controle do Estado.

Recursos

A venda de estatais, concessões e participações em outras empresas rendeu ao governo o equivalente a US\$ 13,691 bilhões, segundo o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Esse valor compreende o período entre 91 e 96, quando 22 empresas foram privatizadas.

As privatizações atingiram os setores siderúrgico (US\$ 5,562 bilhões), elétrico (US\$ 2,757 bilhões), petroquímico (US\$ 2,698 bilhões), ferroviário (US\$ 1,477 bilhão) e fertilizantes (US\$ 418 milhões), entre outros menos relevantes.

A participação de capital estrangeiro não chega a entusiasmar: apenas US\$ 1,865 bilhão — só para comprar o Bamerindus, o inglês HSBC entrou com US\$ 930 milhões no país no mês passado.

Dos recursos arrecadados, US\$ 8,631 bilhões foram em forma das chamadas moedas "podres" — que são títulos de longo prazo e pouca aceitação da dívida do governo. Dessa forma, o governo abateu parte de sua dívida, mas uma parte cujo custo é pequeno.



governo Itamar
(2 de outubro de 1992 a 31 de dezembro de 1994)



governo FHC
(Posse em 1º de janeiro de 1995)